

KATYA CRISTINA DE LIMA PIKANÇO

A CRISE DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DO PARANÁ NOS ANOS 90

CURITIBA
2001

KATYA CRISTINA DE LIMA PICAÑO

A CRISE DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DO PARANÁ NOS ANOS 90.

Dissertação apresentada como requisito
à obtenção do grau de Mestre. Curso
de Pós-Graduação em Sociologia das
Organizações. Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes.
Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Heller da
Silva .

CURITIBA
2001

Ao Sandro, meu companheiro, pelos anos
de amor, carinho e aprendizado.
Aos meus filhos, Frederico e Carlos, por
poder ouvir suas vozes construindo
aventuras e heróis imaginários.

Agradecimentos

Os anos da minha vida e principalmente os que levei para escrever esta dissertação me levaram a aprofundar muitos compromissos.

A minha família: Dodô, Dilma, Jeffe, Márcia, Deise, Nahir, Sandra e Tânia, pela presença certa e carinhosa nas horas incertas, todo o meu carinho. À minha avó, por me ensinar a discernir em meio as dúvidas e às minhas tias e meus tios pela infância feliz, a minha saudade.

Aos meus amigos e camaradas do “setor de professores” da C.S.-SãoPaulo – Gilberto, Ana, Cláudia, Verinha, Veranice, Marconi, Marlene, a minha certeza que “a gente vai se reencontrar”.

Agradeço especialmente ao meu orientador, prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva, pela confiança depositada, deixando que as idas e vindas conclusivas corresponderem de fato às minhas convicções políticas e epistemológicas; à professora Dra. Sílvia Maria Pereira de Araújo, por ter me posto em contato com as atuais discussões frente às transformações do mundo do trabalho, necessárias para o desenvolvimento desta dissertação; à Soninha, por termos partilhado dúvidas e angústias enquanto cumpríamos créditos; à Sueli, que sempre sorridente e gentil nos atende prontamente frente aos pedidos para ontem de todos os tipos de documentos e à Marilene, sempre atenta às nossas dúvidas burocráticas no departamento.

Aos membros da executiva e aos funcionários da Central única dos Trabalhadores do Paraná por disponibilizarem seu tempo e os documentos da Cut, necessários para a realização desta dissertação, o meu obrigado.

RESUMO

A Central Única dos Trabalhadores do Paraná viveu nos anos 90 uma crise relacionada com a quebra da ação aglutinadora cutista, objetivo pretendido nos estatutos da CUT. Há uma mudança na ação sindical que revelou a fragilidade do sindicalismo cutista paranaense quanto às pressões da conjuntura – retração das categorias, a política neoliberal do governo estadual – e da sua burocratização – pouca organização na base, corporativismo, pouca renovação de quadro dirigentes e a contradição entre a política votada e sua aplicação. Esta burocratização se desenvolve quando a direção do movimento sindical cutista sucumbe frente um modo de vida materialmente desvinculado do cotidiano do trabalho, quando métodos administrativos retiram da maioria dos indivíduos envolvidos, o poder de decisão e o controle sobre a ação daqueles que vão administrar. Esta dinâmica foi crucial para a quebra da ação aglutinadora cutista – a unidade entre os trabalhadores.

Palavras chave: BUROCRATIZAÇÃO – SINDICALISMO – CRISE - CUT

Introdução

O sindicalismo cutista surgiu nos anos 80 e representou, para os trabalhadores organizados nos seus sindicatos, a possibilidade de reivindicar direitos e garantias trabalhistas com maior intensidade. Havia um potencial mobilizador e organizador que, relacionado com a conjuntura do período, levava a confrontos diretos contra o Estado e o empresariado. No estado do Paraná, a existência de sindicalistas ligados a este movimento – sindical e democrático - fez com que, em 1985, fosse fundada a CUT - PR, instância estadual da Central Única dos Trabalhadores. A sua fundação deve ser pensada a partir de uma caracterização que fazemos do estado, pois, ao longo da sua história, esta instância vem apresentando problemas específicos como também problemas vinculados às questões mais gerais - organizativas e políticas - da CUT e da conjuntura.

Sendo o Paraná um estado fortemente agrícola com uma relativa inserção nos serviços e na indústria, seu principal meio de produção é a *terra* e, portanto, o seu controle impulsiona tanto um sindicalismo rural, que esteve na raiz da fundação do sindicalismo cutista no estado, como uma ação que colaborou para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST na região sul. Ao mesmo tempo, esse controle possibilita a existência de grandes latifúndios e de um conjunto de interesses identificados com os ruralistas, que são defendidos pela ação de governos estaduais – passados e presentes. Os dois últimos governadores, Roberto Requião e Jaime Lerner,

adotaram como política, na defesa da propriedade da terra no estado, o confronto armado com o MST.

Da mesma forma, no sindicalismo vinculado aos serviços públicos e ao (ex) banco estatal, que representa uma parcela do setor de serviços, também ocorreram desmandos destes mesmos governos, que redundaram em impedimentos à organização sindical.

No entanto no setor industrial, particularmente o metalúrgico, visualizamos duas questões. Uma diz respeito à relativa inexistência de um parque industrial desenvolvido no estado capaz de rivalizar com os parques industriais dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, entre outros, o que faz com que o Paraná não seja uma referência sindical para o setor. Mesmo com a recente instalação das montadoras estrangeiras de automóveis, sua importância diminuta permanece. A outra questão, está relacionada com o papel da Força Sindical - central sindical adversária da CUT - que controla o sindicato metalúrgico mais importante do Paraná – o da capital - e que desenvolve um sindicalismo vinculado com a política neoliberal do Estado.

Nesse contexto, o sindicalismo é entendido pela população paranaense em geral e pelos sucessivos governos estaduais em particular, com conservadorismo. Por outro lado, aparece na mídia nacional como um exemplo de desenvolvimento e de bem estar para todos. Caracteriza-se por ser um estado onde a cúpula da Polícia Civil foi denunciada por sua vinculação com o crime organizado. Por sua vez, a ação repressora da Polícia Militar desencadeia a organização do Fórum Paranaense de Cidadania e Direitos Humanos que investiga e denuncia violações dos direitos constitucionais tanto na cidade quanto nas lutas ocorridas no campo.

O estado do Paraná é, portanto, estado agrícola, marcado por lutas urbanas e rurais, dominado por uma elite agrária e governado com base em uma política

vinculada aos interesses de grandes multinacionais. Entendemos que estes são aspectos relacionados com a etapa do desenvolvimento do capitalismo em que nos encontramos e que permitem as vinculações mais estreitas entre o governo estadual e o capital financeiro internacional.

Na conjuntura dos anos 90, nesta etapa de desenvolvimento, o sindicalismo cutista paranaense viveu uma *crise* originada por uma inflexão na ação sindical determinada pelas relações sociais de produção. Ou seja, este processo não se dá de forma isolada, pois as mudanças pelas quais a CUT - PR passou estão relacionadas com as mudanças que ocorreram na CUT Nacional, já que a ligação entre elas e a *luta de classes* é direta e permanente.

A CUT - PR traz, na sua história, vários problemas organizacionais e políticos que as demais instâncias estaduais da CUT Nacional também enfrentam. Como as relações sociais e a luta entre as classes a elas subjacente é fruto da *práxis* cotidiana, a *crise* do sindicalismo é fruto da ação dos dirigentes sindicais, em meio a sua *práxis*. Perceber a *crise* como fruto da ação dos sujeitos, direta e indiretamente implicados, é perceber que a sociedade é um processo mutável, em contínua transformação e sob determinação do desenvolvimento da oposição entre as classes sociais.

A ação que desencadeia a *crise* do sindicalismo cutista paranaense ocorre quando as políticas mais gerais são definidas e não são encaminhadas por toda a estrutura sindical. A dificuldade de implementação destas políticas mais gerais ocorreu porque não é estabelecida uma reciprocidade entre a organização na base das categorias e a direção do movimento. Esta falta de reciprocidade é o que chamamos, ao longo desta dissertação, de quebra da aglutinação cutista e que se realiza paralelamente a um processo interno de burocratização que se desenvolve quando os trabalhadores, ao não estarem organizados nos seus locais de trabalho, não pressionam a direção do seu

sindicato. Esta, por sua vez, vem se distanciando dos fóruns mais gerais da CUT - PR – como os congressos estaduais, na medida em que se volta para a administração do aparato sindical.

A mudança na ação sindical cutista, de ações mais diretas como as greves que eram a sua marca nos anos 80, a uma ação mais institucionalizada nos anos 90 ocorre paralela a este processo de burocratização. São duas dinâmicas, internas ao sindicalismo cutista que vão determinando uma prática sindical corporativa, que alavanca a quebra do objetivo maior da CUT, que é a organização intercategoria dos trabalhadores. Essa prática colabora para que os trabalhadores tenham sofrido reveses ao longo dos anos 90, no que diz respeito à manutenção de direitos e de novas conquistas trabalhistas. São dinâmicas do desenvolvimento material que, subjacentes às relações sociais, vão criando um processo interno ao sindicalismo cutista, que aparentemente é multifacetado, mas que tem origem na luta entre as classes sociais.

Para elucidar este problema usamos fontes variadas e não elegemos hierarquias metodológicas na sua utilização durante a pesquisa: tanto as fontes usualmente chamadas de secundárias – os documentos oficiais - como as entrevistas realizadas com sindicalistas da executiva foram determinantes para o desenvolvimento da análise.

No que tange às entrevistas, optamos por uma versão semi estruturada porque nos permitiu ter o controle do processo de entrevista, ao mesmo tempo que garantiu que o entrevistado atuasse de maneira condizente com o seu lugar - membro da cúpula do sindicalismo cutista paranaense. Ao entrevistarmos 10 dirigentes da CUT - PR, membros da executiva estadual, estávamos preocupados com a discussão enunciada nos parágrafos anteriores. São esses dirigentes que acompanham diretamente o desenrolar da ação cutista, naquilo que ela têm de mais oficial no seu diálogo com a sociedade o

que permite inserir a pesquisa dentro do contexto em que ela é produzida. Não queremos com isso escamotear a existência de posições conflituosas dentro da CUT - PR nem as entendemos como perniciosas ao desenvolvimento da ação sindical. Ao contrário, compreendemos a sua existência como uma das expressões da luta entre as classes sociais. No entanto, propusemo-nos entender de que forma a *crise* do sindicalismo se expressava oficialmente - via a fala da cúpula dos dirigentes cutistas no estado do Paraná - e, portanto, não nos detivemos nas diferentes formas de interpretação do movimento sindical realizadas pelos diferentes agrupamentos políticos existentes no sindicalismo.

Isso porque tínhamos uma preocupação básica relacionada com a realização das entrevistas: a não limitação das respostas do entrevistado, levando em conta o lugar que este ocupa na luta entre as classes sociais, como objeto e sujeito do processo investigado. Objeto, porque as suas respostas possibilitaram esta dissertação; sujeito, porque a sua fala também expressava como a ação implementada pelos sindicalistas cutistas paranaenses se desenvolveu dentro da atual conjuntura/contexto.

Para MINAYO "... a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem, como ponto de partida, o interior da fala. E como campo de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala." (MINAYO, 1994) Assim, ao observarmos, nas respostas dos nossos entrevistados, as ambigüidades e contradições, concluimos que a escolha da entrevista semi-estruturada foi importante para cumprir nosso objetivo: entender o processo de *crise* do sindicalismo cutista paranaense.

Não entendemos que a técnica aplicada, ainda que ela seja importante, determine o desenvolvimento da análise. Os conteúdos das perguntas expressaram a relação do entrevistado com a realidade, avaliando o conteúdo dos documentos oficiais, ou

dando respostas contraditórias em relação a eles: se a conjuntura expressa uma *crise* do sindicalismo mundial nos marcos da globalização (IANNI, 1986) ou se ela expressa os limites da ação sindical que se aprofundam em meio à mundialização do capital, são questões encontradas tanto nos documentos quanto na fala dos entrevistados, pois são discussões pertinentes ao sindicalismo.

E, embora a complexidade do debate interno à CUT - PR deva ser considerada, sob pena de escamotearmos a própria especificidade do sindicalismo cutista, que é de agregar, no seu interior, uma gama variada de concepções sobre o movimento sindical, optamos por trabalhar com a opinião dominante na entidade ao analisarmos, por exemplo, os cadernos de resoluções dos congressos e não as diferentes teses que são elaboradas pelos agrupamentos políticos. Sabemos que esses documentos são o resultado das discussões, muitas vezes acaloradas (RODRIGUES, 1997), das cisões, de propostas conflitivas etc, que fazem parte do cotidiano do sindicalismo cutista, como já apontamos acima. Mas, ainda que sejam documento que possam ser questionados internamente, são públicos e portanto expressam as proposições oficiais cutistas para o conjunto da sociedade.

Ao mesmo tempo é importante ressaltarmos o lugar que a bibliografia ocupa nesta pesquisa: foi além de ser apenas o suporte teórico e conceitual, tendo em vista que na obra de alguns autores são tecidas considerações que interferem e são propositivas em relação aos problemas vividos pelo sindicalismo hoje. Eles fazem indagações que, inseridas no contexto atual, contribuem para visualizar um leque de interpretações que vão da academia ao sindicalismo e vice-versa. São estudos que interpretam o sindicalismo/sindicalistas como sujeitos do atual contexto, não os relegando ao papel de coadjuvantes, ou de meros objetos.

Assim, no decorrer da análise do processo de *crise* na CUT - PR, relacionamos a bibliografia referenciada no parágrafo acima - Ricardo ANTUNES(1997), Iram Jácome RODRIGUES(1997), Armando BOITO JR (1999) e Antonio CRUZ (2000), entre outros - com os documentos e as entrevistas, respondendo ao que observamos e delimitamos na proposição do problema: o desenvolvimento do processo de burocratização da direção sindical cutista no estado do Paraná.

Para isso caracterizamos a etapa de desenvolvimento do capitalismo, buscando em Leon TROTSKY o referencial teórico e metodológico para a nossa análise. Da etapa do capital monopolista com uma conjuntura consideravelmente desfavorável aos trabalhadores, visualizamos o desenvolvimento de uma burocracia interna no sindicalismo cutista. Este desenvolvimento se realizou ao longo da história da CUT - PR, quando as inúmeras *crises* contingências se aprofundaram nos anos 80, o que se intensificou ou se somou à *crise* mais geral do sindicalismo cutista nos anos 90. Esta se caracterizou pela existência de vários elementos, que se desdobraram e atingiram o objetivo primordial da CUT, ou seja, a organização sindical dos trabalhadores brasileiros – do campo e da cidade -, via a organização democrática e na base das categoria e em seus locais de trabalho.

Acreditamos que atentar para isso é inserir, no debate, uma outra perspectiva de análise que se desdobra e busca atingir uma necessidade básica dos trabalhadores paranaenses: uma organização sindical, capaz de colocá-los em igualdade frente ao Estado e ao empresariado.

Nos capítulos que se seguem, a nossa análise parte das considerações teóricas desenvolvidas no primeiro capítulo, quando apontamos no referencial elaborado por Leon Trotsky, o método e a conceituação básica para compreendermos a *crise* do sindicalismo cutista e as suas determinações. Conceituamos, dentro da tradição do

marxismo ocidental, (ANDERSON, 1989) a *etapa de desenvolvimento do capitalismo*, o conceito de *crise* e o de *burocratização*, que são basilares na nossa dissertação. No segundo capítulo, demonstramos quais são as determinações que existem sobre a CUT - PR, as quais impulsionam a *crise* como as relações internas entre a seção estadual paranaense e a CUT Nacional e as relações com a conjuntura nacional.

No terceiro capítulo, ao indicarmos as limitações que a ação sindical possui, contextualizamos as determinações da conjuntura estadual sobre o desenvolvimento do sindicalismo cutista no estado. E, no quarto capítulo ao interpretarmos os elementos que formam o processo de burocratização, desvendamos a sua existência a partir das respostas dadas pelos entrevistados. Estas respostas revelam desde as determinações mais gerais da conjuntura, da reestruturação produtiva, das relações entre as empresas com o sindicalismo, até os elementos internos – as relações com a base das categorias, as relações dentro da estrutura que forma a CUT , as contradições entre as políticas votadas e a prática desenvolvida, entre outros – que vão impulsionar a *crise* do sindicalismo cutista paranaense.

1. A burocratização do sindicalismo cutista: uma discussão teórica

As polêmicas sobre a *crise* do sindicalismo remontam à década de 80 e fazem parte das discussões sobre a *crise* da sociedade capitalista¹. Foram debates que aconteceram tanto nos meios acadêmicos quanto no interior do movimento sindical cutista, o que levou estudiosos como Ricardo Antunes, Iram Jácome Rodrigues, Armando Boito Jr., Armando Cruz, Vito Giannotti e Sebatião L. Neto, entre outros, a denominarem o período como *crise do sindicalismo*. Pretendemos nos inserir neste debate ao tentarmos entender de que forma o sindicalismo cutista se desenvolveu no estado do Paraná na década de 90.

Ressaltamos que os estudiosos acima referenciados analisam a *crise* da CUT Nacional, e que iremos utilizá-los como parte do referencial bibliográfico e analítico porque entendemos que, para estudar uma instância estadual da CUT, devemos partir de uma visão mais abrangente do fenômeno. As relações entre a instância nacional e as várias instâncias estaduais formam a *estrutura horizontal* da CUT, que é definida estatutariamente. O estatuto prevê a unidade dos trabalhadores como classe, com uma organização intercategorias, nos municípios, estados e no país² via esta estrutura horizontal. Esta definição estatutária condiciona a ação desenvolvida pelo sindicalismo cutista, mas não a determina. As determinações vão se realizar dentro da estrutura de classes da sociedade capitalista. Portanto, são acontecimentos mais gerais

¹São polêmicas sobre a crise da sociedade capitalista realizadas por André GORZ (1982), Robert KURZ (1997), Alain BIRH (1998), Ricardo ANTUNES (1997), Armando BOITO JR. (1999), Claudio KATZ (1996) entre outros.

² Estatutos da CUT.

que vão determinar o aprofundamento da crise da CUT - PR, daí a necessária referência aos autores que tratam da crise da CUT como um todo.

Para estabelecermos esta caracterização, definiremos primeiramente o que é *crise* depois o que é *burocracia*, e contextualizaremos a questão ao definirmos como entendemos *a etapa de desenvolvimento da sociedade*.

1. 1. Questões teóricas preliminares: a definição de *crise*, de *burocracia* e de *burocratização*

Dentro da tradição marxista do marxismo ocidental (ANDERSON, 1989, p. 7-42) o conceito de *crise* é desenvolvido para que possamos compreender as contradições inerentes a todo e qualquer processo da realidade. Estas contradições têm o papel de desenvolver os fenômenos sociais levando à sua possível superação. Trazem consigo elementos que são da fase anterior e os novos elementos da etapa que está se delineando. É um período de indefinições, incertezas e de mudanças. A *crise*, portanto, pode ter muitos desdobramentos, condicionados pelo desenvolvimento da ação sindical, desencadeada tanto para a manutenção da situação anterior como para a transformação do momento atual.

A *crise* do sindicalismo cutista paranaense, deve ser observado tendo como referências estas premissas. A CUT viveu, nos anos 90, um período de mudanças quando a sua *ação sindical* – ações e decisões (políticas e organizativas) dentro do sindicalismo que envolvem os seus dirigentes e a base do sindicato onde atuam - deixou de ser *confrontacionista*. Isto é, quando o confronto direto, a denúncia, as greves e manifestações - e não a negociação com o Estado e os empresários - era a regra que impulsionava o seu desenrolar.

Estas modificações se desdobraram em uma nova ação sindical que deveria ser mais *propositiva* e menos reivindicativa. Isto é, articular as questões mais específicas e não permanecer somente no âmbito das denúncias dos problemas dos trabalhadores. Nesse sentido, parecemos oportuno citar o depoimento de um membro da executiva da CUT - PR, para definir esta ação mais propositiva: “ ... *pro período que a gente tá, a CUT [deve] continuar com a sua ação, articulando o reivindicativo com o propositivo (...), como articular a luta pela transformação da sociedade - que é um projeto maior de sociedade que a gente quer , como o socialismo que a gente sonha e quer construir. Como que a gente articula então este projeto com as necessidades atuais... com as necessidades locais, atuais, específicas dos trabalhadores...*”³ (grifo nosso)

São modificações na ação sindical que permitiram que, realizássemos indagações sobre o sindicalismo desenvolvido pelos cutistas. Tais indagações nos levaram a buscar nas considerações, teórica e metodológicas de Leon Trotsky⁴, a base científica deste trabalho.

Com a burocratização do Estado Soviético a partir de 1924 e a ascensão da socialdemocracia na direção das organizações do movimento operário, há, segundo Trotsky, uma *crise* de direção revolucionária que impede o desenvolvimento da revolução comunista mundial. Esta *crise* de direção é a impossibilidade de participação democrática nestas organizações, já que as instâncias de decisão são controladas por

³ Maria Salete Escher. Entrevista realizada em dezembro de 2000.

⁴ Dirigente político da Revolução Russa de 1917 e fundador da IV Internacional. Escreveu suas obras debatendo com seus adversários e inimigos políticos. Entre elas temos: A Revolução Traída, em que trata da degeneração do processo revolucionário que guindou os trabalhadores organizados em seus sovietes ao controle do Estado na Rússia czarista; Em Defesa do Marxismo, onde trata de questões relativas ao método de análise; O Programa de Transição, obra em que Trotsky desenvolve suas caracterizações acerca da etapa do desenvolvimento do capitalismo, e também considerações sobre as tarefas de uma nova Internacional Comunista, foi escrito em 1938, período que antecede a 2ª Guerra Mundial. Entre outras obras temos: A Revolução desfigurada; A Revolução permanente; Como fizemos a Revolução; História da Revolução Russa; Minha Vida; Stálin; Moral e Revolução, etc.

uma direção burocrática. Partindo dessa constatação, TROTSKY (1979) fundou, em 1938, a IV Internacional, que teria como substrato o Programa de Transição e o Manifesto Comunista de Karl MARX (1987).

Estas considerações, feitas por Trotsky à luz de sua época necessitam de algumas mediações impostas pelo tempo. A princípio, a caracterização de uma *crise* de direção se mantém relativamente atual. Se, naquele momento Trotsky identificou o caráter contraditório das direções social-democrata e stalinista, hoje, essa percepção depende de uma compreensão mais apurada das organizações do movimento operário e sindical, tarefa mais abrangente do que esta que realizamos.

Orlando MIRANDA (1981), ao sistematizar a metodologia de Leon Trotsky, afirma que este elaborou o seu pensamento muito mais como um político e menos como cientista, desenvolvendo a sua concepção de ciência *no calor* do debates que realiza. O pensamento de Trotsky então, é assim apresentado: é histórico, materialista e dialético. Histórico porque parte das observações vividas pelo observador do “contexto e da conjuntura”; materialista, pois implica em referenciar as relações entre as classes sociais junto às dinâmicas da história; e por fim, dialético, “não apenas pela compreensão da história como expressão das contradições, mas por afirmar tais contradições como fatores dinâmicos atuantes a cada momento e em cada esfera da vida societária” (MIRANDA, 1981, p. 14-15).

O desafio político/teórico desta dissertação consiste, portanto, em estabelecer as relações de determinação entre a atual *crise* do sindicalismo cutista paranaense e as dinâmicas do desenvolvimento material, particularmente das relações sociais, na atual etapa de mundialização de capital (CHESNAIS, 1998). Desenvolveremos, então, duas questões centrais: o conceito de *burocratização* e o método de análise. Para tal, utilizaremos as considerações que Leon Trotsky faz ao analisar o papel da direção

oficial do movimento comunista internacional, no período que antecede a 2ª Guerra Mundial. Em meio aos ataques desferidos pelo grupo dirigente - o chamado stalinismo - o autor demonstra que o desenvolvimento histórico, e portanto a *luta de classes*, permite o advento da burocracia.

Deslocada da classe trabalhadora, a burocracia procurou coibir as contradições internas da sociedade através de sua *práxis*, marcadamente monolítica e geradora de desigualdade em relação à distribuição da riqueza socialmente produzida.

O surgimento da burocracia soviética não deve ser entendida como um processo individual, em que o desenrolar da *luta de classes* possa ser suprimido. Ao contrário, ela deve ser explicada a partir da sua configuração histórica e social. MARX (1996) na Ideologia Alemã, já apontava estas determinações sobre o desenvolvimento da ação dos indivíduos:

Eis os fatos: indivíduos determinados que têm uma atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas. É necessário que, em cada caso particular, a observação empírica mostre pelos fatos, e sem qualquer especulação ou mistificação, a relação entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados; mas não de como estes indivíduos podem aparecer nas suas próprias representações ou nas de outros, mas sim do que eles são não na realidade, ou seja, tal como agem sobre bases e em condições e limites materiais determinados e independentes da sua vontade. (MARX, 1996)

Esta burocracia, como uma forma de administrar “homens e coisas” (TROTSKY, 1981, p.143), se constituiu na base de um processo social que levou um grupo a exercer o poder desligando-se do conjunto dos trabalhadores. A sua reprodução significava a quebra das conquistas da Revolução de 1917 na Rússia, o que foi sendo paulatina e violentamente realizado. Isto permitiu que a maioria dos trabalhadores russos, organizados nos *soviets*, perdessem o controle sobre o seu cotidiano e sobre o aparelho de Estado e levou a que se registrasse, novamente, a diferença social entre os indivíduos.

A supressão das diferenças sociais de classe se materializaram com a revolução. No entanto, o surgimento da burocracia - uma *casta*, um agrupamento que se desloca do interior da classe trabalhadora - leva ao retorno da desigualdade. É “no domínio do consumo – o mais familiar e o mais sensível para toda a gente” que fica cabal o hiato entre o modo de vida do grupo que dirige e a maioria dos russos (TROTSKY, 1980 , p. 80).

Uma das manifestações mais chocantes, para não dizer mais provocante, da desigualdade, é a abertura, em Moscou e em outras cidades importantes, de armazéns que vendem mercadorias de superior qualidade e que usam o nome bastante expressivo, embora estranho, de “luxo” (*liouks*). Mas os incessantes lamentos por causa de roubos nas mercadorias de Moscou e da província mostram que só existem produtos para a minoria e que toda a gente, no entanto, quer se alimentar (TROTSKY, 1980 , p. 85).

Outros exemplos que poderiam ser dados, como as diferenças no vestuário, nas habitações , nos salários, o que demonstram que a formação desta burocracia teve um caráter social e histórico. Social, porque um grupo de indivíduos se distânciam das classes sociais ainda vigentes - o proletariado urbano e rural, o campesinato e a pequena- burguesia - e passa a viver em condições diferenciadas da grande maioria, que não tem mais o controle sobre ela. Histórica, porque são acontecimentos como a derrota da revolução na Europa, fundamentalmente na Alemanha “que minaram a confiança das massas na revolução mundial e permitiram à burocracia soviética elevar-se cada vez mais alto como um farol a indicar o caminho da salvação” (TROTSKY, 1980, p. 66), em um “longo período de fadiga, de depressão e desilusão” (TROTSKY, 1980, p. 65), quando “em vez do esperado bem-estar, o país viu instalar-se, por muito tempo, a miséria” (TROTSKY, 1980, p. 65).

Assim, definimos *burocracia* como um “fenômeno social” (TROTSKY, 1981, p. 143) e não “apenas um agregado de maus hábitos dos funcionários de escritório”

(TROTSKY, 1981, p.143), quando métodos administrativos retiram, da maioria dos indivíduos envolvidos, o poder de decisão e o controle sobre a ação daqueles que vão administrar, e dominam o processo em que todos estão envolvidos: tanto os que administram como os que perdem o controle sobre estes.

A formação da burocracia soviética só foi possível por conta da derrota do movimento operário internacional, da deflagração de uma guerra civil na Rússia, (que ceifou os quadros mais preparados do partido bolchevique) e, fundamentalmente, pela reação interna ao surgimento de uma pequena burguesia que, para garantir um modo de vida acima do cidadão russo médio (que enfrentava a fome, o racionamento, e as perseguições políticas), assume postos no Estado e passa assim a ser autônoma. “A jovem burocracia, inicialmente formada para servir o proletariado, sentiu-se árbitro entre as classes. Ela se tornou, mês após mês, mais autônoma. A situação internacional evoluía poderosamente no mesmo sentido. A burocracia soviética ganhava segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas” (TROTSKY, 1980, p. 65-66).

A definição, portanto, da *burocratização* passa pela compreensão da atual etapa de acumulação do capital e pelas relações na conjuntura, que constituem a ação política dos sindicalistas. Por isso, entendemos que a burocratização não pode ser vista, metodologicamente, como uma construção abstrata weberiana - como um *tipo ideal* -, mas como o processo através do qual esses sindicalistas estão inseridos em uma totalidade maior: a luta entre as classes sociais. Não estamos buscando construir aqui a “sociologia da burocracia cutista”, não iremos construir uma tipologia, pois acreditamos que a sua construção limita a análise e não permite visualizar as várias relações entre as determinações subjetivas e objetivas. Visualizá-las é entender as determinações do real frente à *prática sindical* (atuação cotidiana dos dirigentes

sindicais) e, partir de construções típicas-ideais, modelares, abstraídas do real, é desconectar a relação do pesquisador com o problema a ser investigado. Não fazemos a nossa análise buscando a objetividade necessária, funcionalista, nem a objetividade possível-weberiana, mas a busca da relação entre o pensamento e a existência, o que é historicamente determinado (MINAYO, 1992, p. 22).

1. 2. Definição da atual etapa de desenvolvimento do capitalismo

Tentando explicar a etapa de desenvolvimento do capital, partimos da atualidade do pensamento de TROTSKY (1979), já que questões fundamentais apontadas por ele permanecem. Hoje, os monopólios crescem em poder e configuração, o capital financeiro substitui o produtivo, o trabalho é degradado. Ainda que social, política e economicamente mudanças tenham sido significativas nestes 60 anos, o processo de mundialização do capital é desigual e a *crise* econômica retorna ao cenário mundial, na década de 70. No Programa de Transição, TROTSKY (1979) já apontava que, na etapa do capital monopolista, a concorrência é substituída pelos monopólios entre as grandes corporações capitalistas, e as diferenças entre as classes sociais aumentam,

O capitalismo monopolista não se baseia na concorrência e na livre iniciativa privada, mas numa direção centralizada. (...) Os sindicatos dos ramos mais importantes da indústria, nessas condições, vêm-se privados da possibilidade de aproveitar a concorrência entre as diversas empresas. Devem enfrentar um adversário capitalista centralizado, intimamente ligado ao poder estatal. (...) Aos olhos da burocracia sindical, a tarefa principal é “liberar” o estado de suas amarras capitalistas, de debilitar sua dependência dos monopólios e voltá-los a seu favor (TROTSKY, 1978, p. 102).

Estes fatos descritos por Trotsky são parte integrante do atual período de desenvolvimento capitalista e necessitam ser tratados dentro do processo em que se

desenvolvem. Trotsky ao elaborar o seu conceito de burocracia considera justamente a conjuntura e as relações sociais que a configuram. A ligação entre estas e a etapa do capitalismo, será demonstrada pela operação conceitual que realizamos a seguir.

Vivemos, a etapa de mundialização de capital, quando os grandes monopólios vão crescendo e transformando o Estado, cada vez mais, em um defensor dos interesses monopolistas e menos sujeito às pressões da classe trabalhadora. Quando fazemos estas afirmações queremos dizer que pelo fato de a própria *luta de classes* permitir, estas pressões podem voltar à cena política já que não estamos tratando de um Estado ou uma organização sindical genéricos; ao contrário, são historicamente pela etapa de configuração do capital.

O atual momento de desenvolvimento capitalista se desenvolve com períodos de crescimento econômico e de acirramento das lutas sociais em todo o mundo, como as desenvolvidas na década de 60. Já na década de 70 a sociedade capitalista foi sacudida por uma *crise* econômica, política e social que “foi gerada por múltiplos fatores: escassez de petróleo, péssima circulação monetária, guerra comercial, luta de classes acirrada etc. Mas, como todas as crises, foi uma crise de superprodução, que se localiza não em 1973 (que é tão somente uma das manifestações fenomênicas da crise), mas já na segunda metade dos anos 60” (ANDRADE, 1998, p. 103).

A conjuntura mundial está marcada pelo signo da mundialização do capital. O seu contexto histórico vai se desenvolver a partir dos anos 70, como as *crises* do período o demonstram. Se o Estado foi intervencionista durante essa década, nas seguintes irá apresentar mudanças ao desregular a sua ação em meio à crescente simulação financeira, nos limites que a sociedade capitalista, produtora de valores de troca, permitir. Assim, a produção de mercadorias diminuiu, e as bases fictícias do capital financeiro aumentaram, mudando a inflexão que a fabricação e a

comercialização da mercadoria dá à sociedade capitalista. E, para manter a taxa de lucro, os governos dos países centrais, principalmente EUA e Inglaterra, vão mudar a ação reguladora do Estado sobre as economias.

A partir deste período – anos 70 - aconteceram transferências mundiais de plantas fabris, uma monopolização enorme e crescente do capital (COGGIOLA, 1998), e o ataque sistemático ao emprego. São aspectos de um processo mundial de adaptações dos grandes monopólios que têm, nas novas tecnologias, um dos seus apanágios e acabam cumprindo o papel que historicamente lhes cabe: surgidos da contradição entre o saber criador da ciência e a dominação sobre a força de trabalho, o aumento da produtividade e da extração da mais-valia aparece como o caminho invariável que deve ser perseguido por todos. Os que não se inserem nele estão fora desse processo global. Essa lógica produz os mecanismos para a criação de um círculo vicioso de exclusão econômica quando a falta de adaptação ao mercado competitivo, e tecnologicamente mais desenvolvido, impede que pequenas e médias empresas existam dentro do mercado. Fecham-se, assim, inúmeros postos de trabalho, aumentando a exclusão social que o sindicalismo não consegue impedir.

Este conjunto de fatos, que chamamos de *crise* da sociedade capitalista, teve múltiplos desdobramentos: a possibilidade da implantação de governos neoliberais, de forma desigual, em todo o mundo capitalista; a pulverização da ex-URSS; a queda emblemática do Muro de Berlim juntamente com o seu significado ideológico, quando passou-se a difundir a idéia, aliada ao desmanche da URSS, do fim do marxismo. No plano da produção, com todo o seu significado social e ideológico, a implantação da reestruturação produtiva e das novas tecnologias mudou o perfil do trabalhador; instaurando o processo conhecido como a desindustrialização, quando fábricas são fechadas e/ou deslocadas para outras regiões onde o custo da produção é menor; o setor

de serviços ampliou-se e foi paulatinamente terceirizado juntamente com a terceirização da produção; ocorreu o aumento do trabalho informal, além da imigração em massa para os países centrais.

Com a instalação dos governos neoliberais, promoveu-se a privatização de empresas estatais e a permissão para a flexibilização da jornada de trabalho. No aspecto social, ocorreu precarização do trabalho, além do aumento do trabalho infantil⁵, do desemprego e da violência. Enfim, as péssimas condições de vida caracterizam os desdobramentos do período.

A *crise* da sociedade capitalista, se desenvolve porque o trabalho, elo integrador entre o homem e a natureza, está degradado e recorremos a Marx para explicar este momento. “No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas (maquinaria e dinheiro); e ligado a isto surge uma classe que tem de suportar todos os encargos da sociedade sem usufruir de suas vantagens” (MARX, 1996 , p. 107 -108).

Com a precarização do trabalho conseqüentemente há uma degradação no modo de vida dos trabalhadores. Ela atinge todos os países do mundo e é o elemento central para demonstrar a *crise* do modo de produção capitalista (ANDRADE, 1998 , p.103). Vejamos, segundo Robert KURZ (1997, p. 146), como a degradação se expressa em alguns países:

Numa pesquisa realizada em Moscou com menores de 14 anos, a maioria dos meninos respondeu que sua ‘profissão dos sonhos’ é ser ‘mafioso’, e as meninas, ‘prostituta’. Os próprios imigrantes asiáticos nos Estados Unidos, possuem muitas vezes meros

⁵ Segundo o Dieese, dados divulgados pela OIT revelam que 250 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalham em todo o mundo, sendo que destas 120 milhões trabalham em período integral. No Brasil, segundo diagnóstico realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 45% do total de pobres do país são crianças com menos de 15 anos. Jornal O Estado do Paraná. Julho de 2001.

nichos econômicos no comércio ou pequenas cantinas que não refletem de forma alguma um capitalismo autônomo. O princípio desse sucesso é simples: a exploração brutal da lealdade familiar, inclusive à custa do trabalho infantil e não enumerado, para abaixar o preço do produto final. Muitas vezes o mesmo princípio é seguido por migrantes vindos do sul da Europa (Turquia, Grécia, Espanha) em suas pousadas e mercearias na Alemanha.(KURZ, 1997, p. 212).

Mencionando o caso da China, (KURZ, 1997 , p. 228) afirma que “Sob condições pré-capitalistas, lá se fabricam principalmente componentes para empresas globalizadas do Japão, Hon-Kong ou países ocidentais. Os trabalhadores são aquartelados e mantidos como presidiários, as jornadas de trabalho são extremamente longas e quase não há precauções de segurança”.

No Brasil, de acordo com a UNICEF, 450 mil crianças e adolescentes nasceram, vivem e trabalham em lixões; e segundo dados da ONU “1,2 bilhões de pessoas sobrevivem no mundo com menos de um dólar por dia, assim distribuídas [sic]: 44% na Ásia Meridional, 24 % na África subsaariana, 24% na Ásia oriental, 6,5% na América Latina e Caribe”⁶.

O grande desenvolvimento tecnológico representado pela microeletrônica e a robótica, o advento da Internet, as especulações com o capital financeiro e o consumo de luxo dos mais ricos caminham paralelamente ao aumento do desemprego, da fome, da dissolução da família como elo de socialização dos indivíduos, do culto à violência, e do consumo de drogas entre a juventude. A sociedade capitalista não consegue se recuperar dos reveses sofridos nos anos 70, do ponto de vista da recomposição da taxa de lucro dos grandes monopólios internacionais, e há o aumento da exploração do trabalho. É bastante significativo o fato de que, hoje, o trabalho em mais de uma jornada diária seja uma regra, não só nos países periféricos mas também em alguns países centrais.

⁶ Gazeta do Povo. Fevereiro de 2001.

Em menores proporções, esses fenômenos também passaram a integrar o dia-a-dia do mundo ocidental, sendo mais evidente nos países anglo-saxões, com o seu radical liberalismo econômico de matiz clássico. Mas ainda se acham em gestação novas formas híbridas entre o emprego formal e as relações de trabalho precárias. Como o nível do salário real caiu de forma contínua (com particular virulência nos Estados Unidos), a renda do salário oficial não basta mais para financiar um padrão de vida "normal" com moradia, carro e seguro de saúde. É preciso, assim, buscar relações de emprego suplementares. Dois ou três empregos por pessoa são quase a regra. O operário de uma fábrica, após o expediente, dá um pulo em casa para um rápido jantar e em seguida entra em serviço como vigilante noturno em outra empresa; de sono lhe restam poucas horas. No fim de semana ele trabalha ainda de garçom num restaurante sem salário fixo contando apenas com gorjetas. Com esforço sempre maior e à custa da ruína de sua saúde, mantêm-se a fachada da normalidade (KURZ, 1999).

Como já afirmamos anteriormente, nesses momentos de uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores, a *burocratização* se acentua e a *crise do sindicalismo* se apresenta como um acidente de percurso.

Mas, entender a *crise* superando a aparência só é possível na percepção da etapa de desenvolvimento do capitalismo em que nos encontramos, isto é, através da dinâmica do mundo material. A burocracia, por exemplo, se fortalece em conjunturas desfavoráveis aos trabalhadores quando o grupo dirigente se distancia do conjunto, num primeiro momento com a tarefa de gerir a organização sindical, e, na medida em que não há uma fiscalização da maioria sobre este grupo, ele passa, num segundo momento, a agir e decidir em nome de todos, sem consultar a base sindical. O acesso antecipado às informações com relação a categoria, os horários mais flexíveis comparados aos da jornada de trabalho, a administração do aparato sindical, o financiamento das suas ações e o fato de tornar-se o interlocutor sindical oficial junto ao patronato e ao Estado são fatores que fazem desse sindicalista um refém da sua *práxis*. O grupo dirigente, para manter-se no posto que ocupa, deve manter o controle sobre as informações, sobre o seu cotidiano, sobre as decisões de campanhas salariais. São dirigentes sindicais dispensados do cumprimento da jornada de trabalho, e que, continuando a receber o seu

salário pela empresa, pelo órgão estatal ou ainda pelo órgão sindical, estão à disposição da organização ou da central, para se dedicarem ao desenvolvimento da ação sindical.

Para entendermos este processo, devemos nos reportar aos anos 80, quando tivemos no Brasil um aumento das lutas sindicais com greves de ocupação, greves nacionais, parciais e por categorias. Essas lutas permitiram a consolidação da Central Única dos Trabalhadores – a CUT, que nasceu nesta década, depois de uma polêmica no sindicalismo brasileiro, que se dividiu segundo ANTUNES entre:

...aqueles que defendiam um sindicalismo de perfil classista, mais combativo e, de outro, aqueles que apregoavam um sindicalismo de perfil mais conciliador, mais moderado. No primeiro bloco encontrava-se o que de mais expressivo havia no novo sindicalismo, com Lula, Olívio Dutra etc., além da totalidade das oposições sindicais. Este bloco foi responsável pela criação da CUT, em São Bernardo, em 1983. No outro polo, no sindicalismo mais conciliador e moderado- então denominado Unidade Sindical – soldava-se uma aliança entre o peleguismo moderno do tipo Joaquim dos Santos Andrade e os setores vinculados à esquerda tradicional, PCB e MR8, e que contam com a adesão de sindicalistas ligados ao PCdoB. (ANTUNES,1990, p. 29-30).

A fundação da CUT em agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, faz parte do processo de restauração da democracia brasileira do pós-64, e foi fundamental para a organização dos trabalhadores organizados em seus sindicatos, visando as lutas salariais de década de 80. O Estado do Paraná participa deste congresso com 86 delegados, divididos entre rurais e urbanos, sendo que o peso dos primeiros era 60% maior que do outro grupo.

Desde o seu IV Congresso Nacional (Concut)⁷, realizado em 1991, em São Paulo, a CUT Nacional tem gestado uma *crise* interna, política e organizativa, que se configurou por estes dois aspectos ao atingir a identidade da Central, suas relações

⁷ Concut – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, que tem como tarefa definir as políticas mais gerais e relativas a conjuntura, aos problemas organizativos e eleger uma nova direção para coordenar a aplicação das políticas e o diálogo com a sociedade. O seu similar estadual é o Cecut – Congresso estadual da CUT - PR

políticas internas e externas, o seu estatuto, alcançando também as estruturas *horizontal* e *vertical*⁸.

O aspecto político depende, portanto, do organizativo, pois é ele que, a partir da ação sindical desenvolvida, encaminha as deliberações; o organizativo por sua vez envolve o político, porque é ele que impulsiona a ação sindical. É a partir desta relação intrínseca que se forma a *ação sindical* a ser desenvolvida.

As mudanças conjunturais não podem ser, por si sós explicativas do fenómeno. O que notamos, nos autores citados⁹, é uma dinâmica analítica sobre a *crise* da CUT, que atribui à direção e/ou à conjuntura um significado que a desvincula do mundo material e das relações sociais. Armando BOITO JR também aponta esta tendência, no caso da CUT:

Há duas variantes explicativas que polarizam o debate. Em primeiro lugar, há uma variante que considera, de modo unilateral, a ideologia e as decisões da corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical, como o fator explicativo da estratégia propositiva implantada pela central na década de 1990. Em segundo lugar, há uma variante que considera, também de modo unilateral, mas invertendo os termos da explicação anterior, as condições objetivas como o fator explicativo das decisões estratégicas que a corrente Articulação Sindical implantou na central. (BOITO, 1999, p. 199)

Vito GIANNOTTI e Sebastião NETO afirmam que o papel da direção é fundamental para a explicação do processo pelo qual passa a CUT (GIANNOTTI, 1993). Já Iram Jácome RODRIGUES (1998) aponta o papel da conjuntura como explicativo das mudanças. Estes dois autores são analisados por Armando BOITO JR. (1999). Há ainda Ricardo ANTUNES (1997) que demonstra o papel da direção e das mudanças conjunturais que atingem os sindicatos como fundamentais para o entendimento das dificuldades políticas e organizacionais da CUT. Este autor, no

⁸A estrutura *vertical* é delimitada estatutariamente quando a ação sindical acontece nas organizações de base, sindicatos, confederações e federações de trabalhadores. A *horizontal*, como já dissemos anteriormente, é formada pelas instâncias estaduais juntamente com a Nacional.

entanto, também vai realizar uma análise apenas parcial do fenômeno. Ao nos contrapormos a estas variantes, aliamos os fatos parciais e conjunturais às determinações mais gerais da sociedade, o que passa necessariamente pela compreensão da etapa de desenvolvimento capitalista.

Entendemos, de acordo com TROTSKY (1980, p. 57), que “quanto menos nos fecharmos na experiência do passado e quanto mais reconhecermos amplamente o desenvolvimento mundial no seu conjunto, distinguindo suas tendências essenciais das mutações simplesmente conjunturais”, seremos mais capazes de explicar a *crise* do sindicalismo tomando em conjunto a manifestação dos seus elementos. Esses trabalhos, citados anteriormente, buscaram explicações, apegando-se a aspectos fenomênicos, procedendo como se fossem a real explicação das mudanças na ação sindical e, assim, suas conclusões sobre o fim do sindicato, ou melhor, o fim da CUT, ganharam amplitude. No entanto, são trabalhos que interpretam a *crise* da CUT Nacional e, mesmo compreendendo suas limitações, estamos utilizando-os, nesta dissertação, já que a relação dentro da instância horizontal da CUT permite a extensão da análise.

Assim, a CUT PR, como parte da estrutura horizontal, traz, na sua história, vários problemas organizacionais e políticos que são determinados por dois aspectos diretamente relacionados: a realidade estadual e as dinâmicas impulsionadas pela CUT nacional.

⁹ ANTUNES (1993), RODRIGUES (1997), GIANNOTTI(19993), (CRUZ (2000), entre outros.

2. A CUT - PR e a estrutura horizontal cutista

O estudo da Central Única dos Trabalhadores – seção Paraná permite compreendermos uma particularidade no desenvolvimento da *crise* do sindicalismo, ou seja, de que forma essa *crise* atinge a estrutura horizontal da CUT, frente às limitações da ação sindical e às contradições conjunturais do sindicalismo na década de 90. Neste capítulo, trataremos deste impacto, observando tanto as relações dentro da estrutura horizontal, como as determinações desencadeadas sobre ela pela conjuntura. Começaremos pela conjuntura, porque é ela que vai moldar este processo. No depoimento de Geraldo Aparecido da Silva¹⁰, da secretaria de organização da CUT PR, percebemos como o contexto interferiu na estrutura horizontal da seção estadual paranaense da Central Única dos Trabalhadores.

...a gente precisa buscar se inserir nesses segmentos (...)principalmente o setor metalúrgico. Acho que [em]Curitiba passa a ser uma categoria ainda mais importante do que já era, devido ao processo de vinda prá cá das montadoras, que amplia bastante essa base. E aí, articular mais a sua presença. Não diria que a CUT seja menor, eu acho que tem um número razoável de sindicatos. Acho que ela precisa articular mais a sua presença no estado. Buscar superar um pouco o período recente de dificuldades, principalmente financeiras, (...) tivemos grandes sindicatos (...) que enfrentaram problemas na[arrecadação das mensalidades], como medida de retaliação à ação sindical da entidade. Outros sindicatos dos servidores sofreram esse processo, conseguiram resgatar as suas receitas. Alguns não totalmente, mas pelo menos em boa parte. E até hoje a gente ainda está sofrendo alguns resquícios desse processo, por exemplo a App ainda não conseguiu retornar os seus pagamentos para a CUT, e eu acho que isto reflete na nossa ação política porque é um sindicato importante (...). A gente precisa superar algumas dificuldades. Eu acho que a CUT no Paraná é muito parecida com a CUT em outros estados¹¹

Pelos balanços apresentados nos cadernos de resoluções dos Concuts e Cecuts, que foram analisados, foi possível verificar que as CUTs Estaduais têm tido dificuldades para se manter e aplicar uma política mais geral:

¹⁰ Geraldo Aparecido da Silva. Entrevista realizada em março de 2001.

¹¹ Geraldo Aparecido Silva.

A fragilidade organizativa da Central tem agravado esse quadro no período mais recente. Ela decorre de uma organização horizontal sem papel definido, particularmente nos estados e nas regiões e de uma estrutura vertical (sindicatos por ramo de atividade) ainda incipiente, e da ausência quase generalizada de organizações nos locais de trabalho, em particular pela dificuldade de enfrentar o processo de reestruturação da economia no chão da fábrica¹²

Por esses exemplos, acreditamos que é possível identificar de que forma a conjuntura pode determinar bastante o desenvolvimento da *ação sindical*, e da *aglutinação cutista*. Esta *aglutinação*, agora enfraquecida, é o objetivo a se perseguir como demonstra o seu estatuto: “A CUT tem como objetivo fundamental organizar, representar sindicalmente e dirigir, numa perspectiva classista, a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, na defesa de seus interesses imediatos e históricos”¹³. Nossa hipótese é a de que essa aglutinação foi quebrada pelas mudanças na ação sindical, e que estas, por seu turno, se desenvolveram a partir das mudanças conjunturais na década de 90, na medida em que um processo de burocratização vai se formando.

2.1. A conjuntura estadual, suas determinações e a estrutura horizontal cutista

Em relação à conjuntura estadual podemos observar que o ataque do governo de Jaime Lerner aos sindicatos do funcionalismo público, abalou a participação destes na CUT - PR ao retirar o repasse do desconto das mensalidades da folha de pagamento.

A atuação do governo estadual, fundada no ideário neoliberal (ANDERSON, 1995), dificultou a participação, da APP Sindicato¹⁴, por exemplo, nas instâncias mais gerais do movimento. Ainda assim, como é um período caracterizado por uma

¹² Caderno de resoluções do V Concut –1994.

¹³ Estatutos da CUT.

¹⁴ Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná.

dinâmica ambivalente (BOITO, 1999), mesmo com sua estrutura financeira abalada, os professores estaduais organizaram uma greve com duração de 23 dias no ano 2000.

Para entendermos melhor a conjuntura estadual é importante que algumas considerações sejam feitas com relação ao governo Jaime Lerner. Trata-se do governo, dos que vieram no período pós-ditadura, que implantou com mais vigor a política neoliberal, principalmente no que diz respeito à quebra de direitos constitucionais do funcionalismo público: corte do repasse das mensalidades dos sindicatos; não pagamento de 1/3 de férias do funcionalismo no período correto; fim dos concursos para suprir as deficiências no número de funcionários; atraso na contratação de serviços terceirizados, o que compromete o funcionamento dos serviços públicos; ampliação do arrocho salarial que vem se acumulando nestas duas últimas décadas; precarização do atendimento médico dado ao funcionalismo pelo fato de o governo não repassar o dinheiro – que é descontado na folha de pagamentos dos funcionários - aos hospitais que fazem esse tipo de atendimento; e o gradativo sucateamento do Instituto de Previdência do Estado (IPE) onde, serviços foram sendo desativados, ao mesmo tempo em que se falava da *enigmática* criação de uma previdência privada. Além disso, ao realizar plebiscitos junto aos professores para saber se queriam estar filiados ou não à APP-Sindicato, o governo cometeu uma clara ingerência sobre o direito à livre sindicalização.

Se no tratamento dado ao funcionalismo e seus sindicatos o governo tem como característica realizar uma prática de confronto e desmonte, no campo não tem sido de forma diferente. Conivente com a organização de milícias por parte dos ruralistas, que atacam os acampamentos do Movimento dos Sem Terra, o governo permite a execução ilegal, através da ação da polícia militar da reintegração de posse

no noroeste do estado. Esta execução é normalmente acompanhada de denúncias de violência, tortura e ameaças de morte aos trabalhadores sem-terra. Da mesma forma os participantes de uma marcha do MST foram impedidos, em 2000, de entrar na capital do estado – Curitiba - de maneira violenta pela Polícia Militar do Estado.

Outra medida desarticuladora para os trabalhadores do campo foi a redução da concessão do crédito ao pequeno proprietário. Essa medida trouxe a pauperização e a miséria não só ao agricultor e à sua de família, mas para toda a região onde vivem estas pessoas. Conseqüentemente as condições de vida dos trabalhadores rurais assalariados são cada vez mais precárias, não havendo por parte do governo nenhuma preocupação com as condições de vida desta parcela da população, o que leva muitas dessas famílias migrarem para o Paraguai, formando um contingente populacional – os brasiguaios - sem o mínimo amparo legal ou mesmo de garantia de emprego.¹⁵

Aliado aos ataques ideológicos aos sindicatos e às conquistas dos funcionários públicos, há também nesta conjuntura o incentivo à vinda de empresas multinacionais - como as montadoras da Renault, Chrysler e Audi-Volkswagen -, em que o chamariz é a isenção de impostos. Da mesma forma, há a concessão de infra-estrutura, obedecendo aos ditames neoliberais e da atual etapa de mundialização do capital, quando as grandes empresas buscam minimizar o custo do trabalho. Para isso, elas transferem suas plantas para várias regiões do mundo, indiferentemente do número de desempregos que este deslocamento pode criar tanto em seu país de origem, como nos países onde estão as filiais. Junte-se a isso as privatizações das estatais (como a Copel, a Telepar e o Banco do Estado do Paraná).

¹⁵ Cadernos de resoluções do VI Cecut – 1994.

Em relação aos índices de pobreza no estado, segundo dados do diagnóstico¹⁶ elaborado pelo Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Curitiba é a capital onde houve “um maior crescimento da pobreza entre 1996 e 1999”. Estudos mais antigos, como o Mapa da Fome, encontrados nos cadernos de resoluções do VI Cecut, revelam que:

O Paraná é, dos estados da região sul do país, onde os índices demonstram o maior grau de pobreza e exploração da mão de obra, no campo e na cidade. Encontramos os seguintes dados no caderno de resoluções: “20,1% das crianças entre 10 e 13 anos trabalham; 14,9% das pessoas ocupadas não tem rendimento; 16,7% têm rendimento inferior a um salário mínimo; 34,4 % dos empregados não têm carteira de trabalho assinada; um rendimento médio de 3,6 salários mínimos.”¹⁷

Estes dados demonstram o quanto nossa caracterização de precarização do trabalho e degeneração do modo de vida é candente. Outro fator que contribui para este quadro é a abertura do mercado, implementada junto ao Mercosul. Esta abertura de mercado tem feito com que os produtos agrícolas paranaenses percam em competitividade, ao competir com os produtos dos outros países, o que acelera a migração principalmente para a região metropolitana de Curitiba. Este fato, aliado aos efeitos da propaganda realizada pelo governo do Estado, fez com que a região passasse a ter um incremento populacional, aumentando ainda mais os bolsões de pobreza nos anos 90.¹⁸

Toda a conjuntura estadual descrita até aqui tem um papel importante na definição da dinâmica da *crise* da CUT – PR. Como parte integrante da estrutura horizontal cutista, a instância estadual está sujeita às determinações mais gerais da conjuntura do país através da CUT Nacional. Estas determinações estão vinculadas ao desenvolvimento da luta entre as classes sociais, relacionadas e constituidoras da etapa de mundialização do capital. Mesmo com uma conjuntura adversa, os encaminhamentos

¹⁶ Jornal Primeira Hora, 11/07/2001.

¹⁷ Cadernos de resoluções do VI Cecut – 1994.

¹⁸ id.

das lutas se realizaram paralelamente à organização da CUT no estado. As manifestações de rua e os congressos vão dando movimento ao processo da sua consolidação, ao mesmo tempo em que permitem tanto o desenvolvimento das *crises* contingências, como o aprofundamento destas, com o desenrolar da conjuntura.

Ainda que a constatação da *crise* possa ser consensual, as formas de seu desenvolvimento têm sido um tema bastante polêmico no âmbito acadêmico. Tentaremos, portanto, aclarar nossa compreensão sobre o tema, no debate com outros autores, para em seguida podermos apontar as questões que envolvem as relações dentro da estrutura horizontal e os efeitos da conjuntura e da etapa de desenvolvimento do capitalismo sobre ela.

Alain BIRH(1998, p. 21-25), afirma que a prática desenvolvida pelos sindicalistas *sociais democratas nas vertentes leninista e social democrata* foi limitadora da luta sindical pelo compromisso não explícito realizado entre capital e trabalho durante o período de vigência do *fordismo*, como modo organizador e regulador da produção. Não entendemos esta limitação da luta sindical como uma característica somente do fordismo. Ela atinge a totalidade histórica da formação capitalista, que transcende as *regulações* - organização da produção e do consumo – no caso o fordismo - tão cara aos regulacionistas. A escola da *regulação*, que tem como representantes principais M. Aglietta, A. Lipietz e R. Boyer, trabalha com a relação entre a organização da produção e as formas institucionais e subjetivas derivadas do consumo. A vida cotidiana passa, então, a ser regulada pela maneira como a produção e o consumo se organizam (HARVEY, 1994, p. 117).

Para estes autores, a reprodução daquele modo de organizar a produção é garantido por “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo,

isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulação” (LIPIETZ, 1986 , p. 9 apud HARVEY, 1994 , p. 117).

Sendo a regulação um corpo de regras que garantem a reprodução da força de trabalho, BIHR a entende como sendo nada mais do que o próprio compromisso fordista. Ele afirma que a garantia dessa reprodução é o acordo tácito, realizado entre o capital e as organizações do movimento operário. Então, “o compromisso fordista só podia ser renovado enquanto o próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental que ele tornaria possível fosse viável” (BIRH, 1998 , p.39). Por isso tudo, nas organizações políticas e sindicais a “estratégia, forma de organização e de luta (...) foi progressivamente colocado em função desse papel . E foi esse papel de mediadoras da relação salarial, com o qual elas se identificaram inteiramente no período pós-guerra, que, com a ruptura do compromisso fordista, essas organizações não mais assumiram” (BIHR, 1998 , p. 79).

O movimento operário visto como mediador, com a *crise* do fordismo, não consegue mais dar respostas a esse compromisso que deu origem ao *operário massa* (BIRH, 1998 : 56-59). Nas palavras de Bihr, o movimento operário está *caduco, envelhecido*. Como o fordismo está em *crise*, o movimento operário também entra em *crise*.

Discordamos de BIRH, ao entendermos que a *crise* do sindicalismo se realiza, não porque o equilíbrio regulador foi rompido, mas porque a *luta de classes* assim o permite, na medida em que é um tensionamento das relações sociais e não a sua estabilidade regulada pelo consumo. E a ação sindical, como uma das suas manifestações, leva também a este aumento da oposição entre as classes, mesmo quando há uma inflexão mais adaptada da ação sindical. Nesse sentido já demonstramos

que, mesmo com a *crise*, as lutas sindicais continuam acontecendo (BOITO,1999). Assim, os momentos de dificuldades internas vão aumentando o seu vigor e especificidade desenvolvendo a burocratização, ao impedirem que a estrutura horizontal se realize e atinja a estrutura vertical. Então, políticas sindicais mais gerais, que deveriam contrapor os trabalhadores à precarização do seu modo de vida, não são efetivadas atingindo a unidade dos trabalhadores organizados em seus sindicatos.

Este processo de *crise* do sindicalismo é desencadeado, no Brasil, a partir dos anos 90. Nos países centrais, EUA e União Européia, principalmente, esta *crise* já estava em curso na década de 70. Como o capitalismo é uma formação social que atinge o mundo todo desigualmente, a diminuição mundial das lutas sindicais vai atingir ideológica e politicamente o sindicalismo cutista. Para Ricardo ANTUNES (1997), é importante que se equilibre a análise entre o que ocorre com o sindicalismo nos países centrais e o que ocorre no Brasil com o sindicalismo cutista. Existem aspectos que são comuns às duas realidades, como a diminuição das greves e das sindicalizações:

O sindicalismo não permaneceu imune a estas tendências: diminuíram as taxas de sindicalização, na(s) última(s) décadas(s), nos EUA, Japão, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros países. Com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários, parciais, reduz-se formalmente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho. Houve, na década de 1980, redução do número de greves em vários países do centro. Aumentaram os casos de corporativismo, xenofobia, racismo, no seio da própria classe trabalhadora. Tudo isso permite constatar que o movimento sindical encontra-se numa crise de proporções nunca vistas, atingindo com intensidade, na década de 1980, o sindicalismo nos países avançados e que, na viragem de 1980 para 1990, atingiu diretamente os países subordinados, especialmente aqueles dotados de um parque produtivo relevante, como é o caso do Brasil (ANTUNES, 1997, p.150)

Esses nexos da CUT com os fenômenos mundiais do sindicalismo não se dão somente no plano das semelhanças na contenção da ação sindical. Politicamente, eles se articulam internacionalmente através da filiação à Confederação Internacional da

Organização dos Sindicatos Livres (CIOSL), que é uma organização sindical mundial, formada com base no sindicalismo conservador norte-americano. A filiação da CUT à CIOSL foi realizada em meio a uma intensa polêmica entre a corrente majoritária (que defendia a filiação) e a oposição interna na CUT (que era contrária a ela) (GIANNOTTI, 1993, p. 45-49).

Este movimento do sindicalismo mundial atinge a CUT e repercute diretamente na sua instância horizontal. Isto ocorre porque todos os elementos que transpassam a *crise* da CUT Nacional estão diretamente relacionados com a *crise* da CUT - PR. A sua crescente dificuldade de ação frente à ideologia neoliberal interrompe a aglutinação cutista, o que dificulta em muito o *acertar do passo* da CUT - PR na aplicação das políticas votadas. Estas debilidades - organizativas, políticas e financeiras - têm permanecido e se aprofundado nos últimos anos, ainda que o *esforço* dos dirigentes seja de fazer valer o seu contrário.

2. 2. A estrutura horizontal cutista e as determinações internas

A estrutura horizontal cutista, formada pelas instâncias mais gerais, como a CUT Nacional, as CUTs estaduais e a organização por ramos, é suscetível às influências conjunturais e também flexível quanto as suas relações internas.

A década de 90 foi marcada por uma mudança na ação sindical da entidade, gestado em meio às polêmicas internas entre os grupos políticos. O sindicalismo cutista vive uma *crise* pública desde a eleição de Fernando Collor, em 1989, que, aliada à instauração no país da política neoliberal, significou o início da reestruturação da economia brasileira de acordo com as novas necessidades do capital monopolista. Essa *crise*, que se desenvolve desde o IV CONCUT (1991), tem dificultado a relação entre os

dirigentes da CUT - PR, o que interfere diretamente nos encaminhamentos da prática sindical.

A paralisia da CUT Nacional influenciou diretamente os dirigentes cutistas paranaenses, que participam de correntes e agrupamentos sindicais que refletem as mais variadas posições internas de âmbito nacional, no que diz respeito à conjuntura e em relação à mudança de perfil da Central. Entender a existência de nuances ideológicas e políticas internas é um elemento, entre outros, para o descortinar da *crise*. Armando BOITO JR. classifica as correntes cutistas, considerando não só as diferenças ideológicas. Segundo o autor

A luta de tendências no interior da CUT não é apenas uma luta ideológica, nos sentido de que essas disputas restringir-se-iam ao plano das idéias. É certo que a história e a ideologia de cada corrente contam – há correntes católicas, social-democratas, comunistas, trotskistas e outras agindo na CUT. Mas, é preciso considerar, ao contrário do que fazem os estudos sobre a CUT e seus próprios dirigentes, o fato de que tais idéias em confronto possuem uma relação com a base social à qual cada corrente cutista está vinculada. É certo que todas as correntes que atuam na CUT recrutam seus ativistas e controlam sindicatos em diversos setores das classes trabalhadoras – no campo e na cidade, no setor público e no setor privado, entre operários e trabalhadores de classe média etc. Porém, é possível identificar um certo perfil diferenciado nas bases de cada uma dessas correntes¹⁹

Iram Jácome RODRIGUES também apresenta a sua classificação das correntes da CUT:

No interior do sindicalismo – CUT há, grosso modo, duas posições bastante distintas no que tange ao enfrentamento dessa questão. De um lado, encontra-se a esquerda contratualista representada pela Articulação Sindical e tendências afins. De outro, a esquerda socialista cujos pilares são: a Alternativa Sindical Socialista, o setor sindical do PSTU, e a Corrente Sindical Classista, entre outros. No primeiro caso estão os sindicatos mais ligados ao setor privado; já no segundo, um percentual expressivo das entidades estaria no setor público.(RODRIGUES, 1999).

¹⁹ Armando BOITO JR(1999), faz esta sistematização fundamentando-a na especificidade das categorias como o delimitador das diferenças entre as correntes. Não vamos entrar nesta discussão, pois não faz parte do substrato investigativo desta dissertação, mas apontamos que muitas questões que envolvem as correntes diz respeito também, a diferenças de concepção de ação sindical e partidária, ligadas a história do movimento operário e sindical.

As classificações de BOITO JR. e RODRIGUES, ainda que tenham nuances diferenciadas, demonstram que, na CUT as polêmicas históricas do movimento sindical se fazem presentes, principalmente, no que diz respeito ao papel dos sindicatos na sociedade capitalista. Se os sindicatos devem organizar os trabalhadores para uma luta revolucionária, de ruptura com o modo de produção capitalista, ou se devem levar lutas estritamente economicistas, defendendo o emprego e o salário, são as questões mais candentes. Segundo análise feita no VII Cecut

No entanto, a disputa política feita nos sindicatos, entre as forças internas da Central tem sido um processo desgastante e autofágico. As disputas pela direção de alguns sindicatos têm sido feitas em patamares pouco éticos, tendo contribuído mais para o enfraquecimento de entidade e da Central do que propriamente para a alternância do poder, numa clara demonstração de que está correta a análise da necessidade de avançarmos rumo a uma nova estrutura sindical²⁰

Estes são fatores que perpassam a CUT e atingem a sua estrutura horizontal e os dirigentes sindicais estaduais, sendo que o centro dos debates é o perfil que as organizações sindicais devem ter no capitalismo.

Os sindicatos surgem para a defesa de melhores condições de vida para os trabalhadores, sendo que esta luta é fundamentalmente econômica. Isto ocorre porque a defesa dos salários, e nesta etapa, a defesa do emprego, é a sua fronteira.

Se, na década de 80, a luta econômica se desenvolveu alicerçada em um discurso de unidade dos trabalhadores e de ruptura com a estrutura sindical vigente, na década seguinte, acomodou-se a ela. Portanto, uma das principais questões norteadoras deste trabalho está relacionada com esta mudança na ação cutista, vinculada à *práxis* do dirigente, e que se apresenta com muitas contradições.

A busca da unidade, que permeou as ações da CUT nos anos que seguiram à sua fundação, pode ser exemplificada pela ação dos sindicatos mais organizados, com uma

²⁰ Caderno de resoluções do VII Cecut – 1997.

boa infra-estrutura, como carros de som, gráfica e dirigentes liberados, quando ajudavam as oposições e os sindicatos sem infra-estrutura em greves e mobilizações.

Percebemos, neste exemplo, o quanto a relação entre a estrutura *horizontal* e a *vertical* se realizava direta e reciprocamente. Ela vai se desenvolver na medida em que ocorreu a junção entre o pontos estatutário e político, um aspecto da prática sindical cutista dos anos 80. O estatuto estabelece, no artigo 3º, que a CUT - PR pretende dirigir as lutas do conjunto dos trabalhadores de um ponto de vista histórico e de classe²¹. Esta organização foi encetada na década de 80, ainda que muitos problemas tenham se configurado, como a paulatina adaptação da CUT à estrutura sindical oficial. No caderno de resumo das resoluções do congresso estadual de 1995, encontramos a análise das formas com que a estrutura horizontal tem enfrentado dificuldades, pois ao funcionar como “uma intersindical” ou “uma federação de CUTs”, não permite que a organização mais geral, a unidade pretendida seja efetivamente exercida.

A estrutura horizontal da CUT enfrenta alguns problemas que precisam ser equacionados. O principal deles é o relacionamento entre as seções da CUT. Embora a Central esteja subdividida em seções estaduais e regionais, persiste a cultura de ‘federações’ de CUT em detrimento da noção de uma única central. Os delegados acharam por bem então conferir maior organicidade nas relações entre essas instâncias e rever suas funções, principalmente quanto às regionais²²

A política adotada busca criar e dotar de infra-estrutura as CUTs regionais para romper com esta fragilidade, encaminhando para as estaduais a responsabilidade de resolvê-las.

É competência das CUTs Estaduais nos seus congressos e demais instâncias apreciar e deliberar sobre a política e estratégia de regionalização da CUT no seu respectivo Estado, incluindo as condições financeiras, materiais e humanas para sua implementação. Mudanças nos estatutos para contemplar essa resolução deverão ser

²¹ Estatutos da CUT.

²² Caderno de resoluções do V Concut – 1994.

sistematizadas pela Executiva Nacional e submetidas a primeira reunião da direção nacional após a realização do 5º CONCUR...²³

A CUT - PR, depois de um período de consolidação na primeira metade dos anos 80, vai enfrentar, na segunda metade, problemas organizativos, financeiros e políticos como demonstram os seus cadernos de resoluções dos CECUT de 94 e 97, que abrangem o período. Dificuldades atingem o cumprimento das decisões dos Congressos Nacionais e a prática sindical:

Em 1989, a CUT realiza seu 4º Congresso Estadual, contando no período com um quadro de 50 entidades filiadas. Embora não houvesse uma sólida coesão interna, a Central conseguiu manter um satisfatório grau de ação. O 5º CECUT, foi um dos maiores e melhor organizado, mais saiu com as relações políticas internas prejudicada e o mandato da direção que assumiu começou a enfrentar problemas de toda ordem. Assim, no período de janeiro de 92 a abril de 93, num quadro de fragilidade financeira da Central, muitos companheiros deixam a direção da CUT. Esses fatos se combinam com um processo de crise do movimento sindical²⁴.

Estas questões – não cumprimento das resoluções, as mudanças e dificuldades de desenvolver a prática sindical – estão comprometidas com o desenvolvimento da etapa de mundialização do capital. Essa assertiva vai ao encontro das considerações que Trotsky desenvolveu, ao sistematizar a fase em que o capital monopolista se forma e se desenvolve (TROTSKY, 1979, 73). Passadas seis décadas após terem sido feitas estas afirmações, entendemos que elas se tornam atuais quando a degeneração do nível de vida das massas trabalhadoras atinge índices cada vez maiores, e os sindicatos acabam sendo incorporados ao aparelho estatal, seja legal ou politicamente. O *corporativismo* e a política de *institucionalização* são, para nós, dois elementos diferentes mas correlatos que demonstram como esta dinâmica atinge a CUT como um todo

²³ id.

²⁴ Caderno de resoluções do VII CECUT – 1997.

Compreendemos o *corporativismo* não como uma instituição entre outras que se relacionam com o Estado, mas como uma *prática*, dos sindicalistas quando um setor da classe se distancia ou/e passa a se contrapor ao conjunto dos trabalhadores (BOITO JR., 1999, p. 148). É importante assinalar que, mesmo considerando o aspecto institucional, político e ideológico da existência da estrutura sindical oficial, que estamos elegendo um aspecto da prática sindical como nossa categoria explicativa para os fatos envolvidos na burocratização da direção do sindicalismo cutista. Se, para Sérgio COSTA, o corporativismo intrínseco ao sindicalismo brasileiro surge dentro da estrutura sindical oficial, controlando as lutas entre as classes (COSTA, 1986), para BOITO JR., esta prática, nos anos 90, aumentou, pois a política propositiva impulsiona o descolamento de um setor da categoria em relação ao seu conjunto. O questionamento da ingerência da estrutura sindical oficial, que deveria diferenciar o sindicalismo cutista do sindicalismo das outras centrais sindicais, acaba sendo, junto com a pouca e desigual organização nos locais de trabalho, o seu aspecto mais débil. A sua não realização compromete a organização sindical desvinculada da estrutura sindical oficial.

Após a Constituição de 1988, a estrutura sindical está mais maleável, mas permanece o que há de mais nefasto: o atrelamento dos sindicatos ao Estado. Este atrelamento aprisiona o sindicalismo cutista como um *Prometeu acorrentado*²⁵. Nesta conjuntura, adversa ao conjunto dos trabalhadores, o aumento do corporativismo seria a figura do abutre, que dilacera a proposta aglutinadora da CUT - PR. Leon TROTSKY, demonstra, como já apontamos no primeiro capítulo, que a dependência dos sindicatos do amparo legal, proporcionado pelo Estado, faz parte da etapa de desenvolvimento do capitalismo monopolista, que impede uma ação sindical independente (TROTSKY, 1979). Esse processo é igualmente característico dos sindicatos neutros, social-

democratas, comunistas e anarquistas. Este fato é suficiente para demonstrar que a tendência de *estreitar vínculos* com o capital não é própria dessa ou daquela doutrina, mas provém de condições sociais comuns a todos os sindicatos (TROTSKY, 1980).

Atualmente o corporativismo é muito mais uma prática sindical e, portanto esta diretamente relacionado à conjuntura, ao contexto, e por isso está sujeito a inflexões e oscilações, do que uma determinação legal. Estabelecer uma ação menos ou mais *corporativista* vai depender da suscetibilidade dos dirigentes diante da realidade, já que a direção sindical burocratizada sofre mais pressões neste sentido por sentir-se na necessidade de apresentar resultados imediatos em face da realidade. Agir “*na defesa dos interesses dos trabalhadores*”²⁶ passou a ter um novo significado para a CUT: atuar de forma mais participativa e institucional, estabelecendo um diálogo com o governo e o empresariado. A conjuntura acentua essa característica da organização sindical, pois o *corporativismo* atinge a *aglutinação* pretendida, que é a sua antítese. O problema da direção sindical tender ao *corporativismo* e acentuar traços burocratizantes na sua atuação está vinculado ao apego do sindicalista ao aparato sindical. O *corporativismo* praticado nesses anos provoca a fragmentação interna ao impulsionar as negociações por empresa, o que se choca com instalação de fato da estrutura horizontal.

A prática corporativa tem dois momentos: nos anos 80, quando era questionada junto com a oposição as ingerências da estrutura sindical oficial e, nos anos 90, quando passa a ser uma prática sindical comum na CUT. O discurso crítico redundou em algumas tentativas de se desvencilhar destas amarras como a devolução do imposto sindical realizada por alguns sindicatos cutistas, nos anos 90.

²⁵ Prometeu, figura da Mitologia Grega, foi punido pelos deuses do Olimpo por entregar o fogo aos homens. Acorrentado ao Caucáso, tinha o seu fígado corroído por um abutre; apesar desta punição, renascia todos os dias, para novamente sofrer a punição.

²⁶ Estatutos da CUT.

Ainda que o *corporativismo* brasileiro tenha algumas características *sui generis*, o sindicalismo como um todo, isto é mundialmente, tem sido pressionado permanentemente por essa prática que tem como *modus operandi* uma ação economicista e/ou sindicalista. Armando BOITO JR. que desenvolve o seu conceito de *neocorporativismo* observando a atuação das direções de alguns sindicatos cutistas como o dos metalúrgicos do ABC paulista e dos bancários em geral, demonstra como ocorre, internamente à categoria, um deslocamento de uma parcela de trabalhadores. Diferenciam-se dos demais por sua configuração salarial, por suas conquistas efetivas e pela organização, deslocando-se do conjunto, envolvendo significativamente a demanda da ação e da prática sindical em torno de reivindicações econômicas.

Com a mudança na ação sindical cutista, muito mais do que amarras institucionais, visualizamos a formação de uma burocracia sindical, que se desloca e se distancia do conjunto da base que representa e desenvolve uma prática corporativista, que já foi questionada no período anterior. No balanço organizativo do 6º Congresso Nacional, temos as seguintes afirmações:

Embora a CUT tenha intensificado a luta pela liberdade e autonomia sindical e promovido importantes iniciativas, quanto à efetivação da fusão com os sindicatos, ainda não conseguimos romper com o corporativismo imposto pela CLT. Não conseguimos avançar na democratização da estrutura sindical oficial (...) Os sindicatos estão acomodados a esta estrutura oficial, que tem contribuído para a sua pulverização. Predomina uma excessiva burocratização e ausência de instâncias democráticas para que a base possa controlar as ações sindicais.²⁷

Os sindicatos debilitados com a diminuição da busca da aglutinação cutista, acabam sucumbindo às novas formas de controle da produção, organizando cursos de capacitação para os trabalhadores demitidos e negociando a forma como as demissões

²⁷ Caderno de resoluções do VI Cecut - 1994.

são realizadas²⁸. Isto para obter conquistas que justifiquem o seu papel. “Essa falta de poder de barganha dos sindicatos fez diminuir o grau de interesse dos trabalhadores por suas entidades. Em alguns lugares, as comissões de operários fazem coisas que seriam impensáveis no passado. Elas passam a fiscalizar as linhas de produção em busca dos improdutivos ou faltosos”.²⁹

Para entendermos esta mudança processual na prática política, não vamos nos deter em uma concepção técnica ou weberiana de burocracia. Por isso, entendemos que na cúpula do movimento – CUT - PR - essa adaptação se expressa internamente na procura da aplicação da *institucionalização*, uma das facetas da adaptação ao poder estatal. Márcio POCHMAM tem desenvolvido análises relacionando a diminuição dos empregos e a reestruturação produtiva às mudanças na prática sindical. Este fato intensificou, segundo a sua análise, a participação da CUT nos fóruns institucionais. “Não representa uma novidade para o movimento sindical brasileiro a participação em fóruns institucionais. (...) é na década de noventa que se ampliou significativamente a atuação sindical em espaços de definição das políticas públicas. Podem ser contabilizados mais de quarenta fóruns de participação institucional de sindicatos”. (POCHMANN, 1998,143.)³⁰

É neste aspecto da *institucionalização* em que iremos nos deter – o aumento da proposição política de participar nos espaços institucionais, uma adaptação da ação sindical à conjuntura. Segundo Márcio POCHMAM “pode-se afirmar que a

²⁸ “Um processo inesperado de capitalismo dos sindicatos pode ser agora observado no Brasil. As somas muito consideráveis disponibilizadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador tem servido para vincular as centrais sindicais à tutela financeira do governo, assegurando assim a sua docilidade e dependência. Numa nova modalidade de assistencialismo, e em estreita colaboração com os chefes de empresa, os sindicatos dedicam-se a arranjar colocação para os numerosos trabalhadores despedidos e em ministrar cursos de microempregados a trabalhadores terceirizados” (BERNARDO, 2000 , p. 22).

²⁹ Revista Veja, nº 43, 30 de agosto de 2000.

³⁰ Os fóruns nacionais são os seguintes: Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo , Conselho de Deliberação do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, entre outros. (POCHMANN, 1998 , p.143-144).

participação institucional do movimento sindical – ou seja, sua participação em espaços geralmente tripartites, abertos à negociação no interior do aparelho do Estado – surgiu e se desenvolveu a partir do processo de democratização do país. Essa participação derivou, sobretudo, das possibilidades criadas pelo arco de forças sociais que contribuíram com sua luta para o fim do regime militar, simbolizadas na campanha nacional por eleições diretas”.(POCHMAM, 1998)

A CUT - PR, como parte organizativa da CUT, segue esta política tentando capacitar seus dirigentes para participarem deste fóruns/órgãos. Assim as “entidades sindicais cutistas devem ser incentivadas à ocupar os espaços nos conselhos de políticas e fundos públicos cabendo à Direção Estadual articular a intervenção cutista através da orientação e capacitação dos nossos representantes”³¹. Se no período anterior a característica da atuação da CUT era o confronto, no seguinte passa a ser a busca da negociação, e da participação institucional junto com o governo e o patronato. (RODRIGUES, 1997)

As discussões sobre o fato da CUT ser confrontacionista ou ser participacionista ³² e propositiva, detêm-se apenas na aparência do processo. O debate deve estar centrado na percepção de qual é o papel que os sindicatos vêm cumprindo, o que permite relativizar as análises que são feitas sobre a *crise* do sindicalismo. Estas análises explicam a *crise* da CUT ou pelos elementos conjunturais que a compõem – diminuição das sindicalizações, terceirização, flexibilização da jornada, reestruturação produtiva (RODRIGUES, 1997; ANTUNES, 1997), ou pelo papel da direção majoritária nas modificações realizadas no perfil da CUT , surgindo daí a sua *crise* (GIANNOTTI, 1997) (ANTUNES,1997). Ou ainda pela existência das correntes

³¹ Caderno de resoluções do VII Cecut – 1997.

³² É a política adotada pela CUT como um todo de participar mais de vida da sociedade, atuando nos fóruns e conselhos públicos, interferindo também no cotidiano daqueles que não estão organizados nos sindicatos, assumindo a postura de ser a CUT cidadã.

internas que impedem a definição do programa (RODRIGUES, 1997) ou pelo peso da estrutura sindical e da ideologia neoliberal (BOITO JR., 1999) sobre a CUT. Em meio a este debate, pensamos que “a crise serve para ocultar a crise verdadeira” (CHAUÍ, 1981, p. 36 –38). Permeadas pelas contradições do real, a própria *crise*, ou melhor, a percepção da *crise* também apresenta contradições. “Na crise, a continuidade e a harmonia das racionalidades parciais parecem romper-se. Cada parte aparece como independente das outras e do todo, a verdade do todo emerge como uma mescla indecisa entre a racionalidade geral dos fenômenos sociais e uma irracionalidade dos subsistemas no seu conjunto (CHAUÍ, 1981).

Em meio a estas contradições, que não permitem o desenvolvimento da proposta aglutinadora cutista, os limites da ação sindical se potencializam. Esta aglutinação permitiria aos trabalhadores brasileiros uma organização que os igualassem frente ao capital, pois é para isso que surgem os sindicatos, principalmente nos momentos de acirramento das lutas salariais. A sua fragilidade e as limitações na sua compreensão encontradas nos autores citados acima, indicam a necessidade de pensarmos o papel limitado dos sindicatos na sociedade, no que diz respeito a uma transformação econômica, política e social. Daí a crise do sindicalismo aparentar ser uma crise episódica, e não uma expressão da limitação na razão de existir dos sindicatos.

3. A crise do sindicalismo cutista paranaense

Para realizar o estudo da CUT - PR em face da chamada *crise* do sindicalismo, vamos partir do que concebemos como *limites da ação sindical*, isto é, a razão constituidora dos sindicatos. Os sindicatos surgem para a defesa dos salários e, nessa defesa, podem vir a desenvolver lutas econômicas e políticas. Transcender as lutas econômicas e atingir as lutas políticas diz respeito ao desenvolvimento da luta entre as classes sociais. A luta econômica, no entanto, ocupa substancialmente todas as esferas da ação sindical fundamentalmente porque a defesa dos salários – hoje, particularmente concorrente com a defesa do emprego - é o seu *leit motiv*. Os trabalhadores se agrupam em seus sindicatos “com o objetivo de se colocarem, de certa forma, num pé de igualdade com o capitalista no que diz respeito ao contrato de venda do seu trabalho. Tal é a razão (base lógica) dos sindicatos” (MARX, 1989, p. 25).

São as relações que se estabelecem no processo produtivo que levam à existência dos sindicatos, pois são as relações sociais que marcam e dão forma e movimento à sociedade organizada, ou civil. O entendimento do desdobramento das relações sociais – a luta entre as classes - permite desvendar esta *crise* do sindicalismo como uma das expressões da correlação de forças entre elas. Esta correlação também se expressa tanto na *crise* do socialismo frente aos projetos neoliberais com sua derrocada nos países do leste europeu e da ex-URSS; no significado da exploração ideológica realizada pelo capital sobre a queda do muro de Berlim, como a propagandeada *crise* do marxismo como sistema organizador e explicador do mundo; na hegemonia ideológica neoliberal; nas novas tecnologias como explicativas do desemprego que atinge os trabalhadores, etc.

Para situar a discussão a seguir, reapresentaremos a definição de *crise* do sindicalismo, inicialmente feita no primeiro capítulo. O sindicalismo cutista paranaense viveu uma *crise* durante os anos 90, devido a algumas mudanças na ação sindical. Em um período de incertezas, as propostas para resolver os problemas internos e a aplicação de novas políticas organizativas (ramo de atividade) e políticas (a participação institucional, ação sindical propositiva) aconteciam paralelamente ao aprofundamento da burocratização. Além disso, percebe-se que ocorreu, neste período, a manutenção da estrutura sindical oficial, o aumento da administração do aparato, e a pouca ou frágil organização na base. Se *crise* é o momento da indefinição entre o novo e o que persiste, entendemos que a CUT - PR viveu, no período, uma *crise*, não só de indefinição, mas também porque tinha dificuldades na aplicação das políticas gerais, resultando em problemas internos.

A CUT - PR surgiu em 1985 aglutinando os esforços dos sindicalistas cutistas paranaenses em cumprir as resoluções do congresso de fundação da CUT Nacional. O seu surgimento traz para a cena política paranaense o sindicalismo cutista que, com seus militantes e ativistas, propõe a democratização da estrutura sindical oficial e a organização dos trabalhadores na base por locais de trabalho. Vivenciou, nos anos 80, um período de crescimento, enquanto os problemas internos - políticos e organizativos -, que vão se aprofundar nos anos 90, não a impedem de ser reconhecida pelos trabalhadores organizados nos sindicatos cutistas.

Olha, nós tivemos, eu acho que o sindicalismo da CUT, olhando desde a sua fundação em 85, quando(...) os primeiros sindicatos que se filiaram foi construção civil, bancários de Londrina, (...) um era rural, fez um leque interessante, tinha privado, tinha sistema financeiro, (...) , petroleiros, (...) no momento da ascensão do movimento sindical, nós crescemos na década de 80 e no começo da década de 90, na contramão dessa história que estamos falando aqui, nós ganhamos grandes sindicatos ...³³

Esta ação sindical, dado o momento histórico - fim da ditadura militar e o aumento das lutas sindicais e sociais -, atinge a esfera do político, permitindo a muitos autores, como Iram Jácome RODRIGUES, desenvolver o seu trabalho ressaltando o surgimento do sindicalismo cutista como uma das manifestações do resgate da cidadania no país. Entendemos que, na década de 80, a esfera política foi muitas vezes atingida pela ação sindical cutista, ainda que fossem lutas por aumento dos salários corroídos pela inflação e por melhorias nas condições de trabalho. Em muitas fábricas, empresas, bancos isto foi possível porque segundo LENIN, sob vigência e/ou derrocada de um regime ditatorial, toda luta assume um caráter político. (LENIN, 1986).

... verão que há muito, os sindicatos operários da Inglaterra compreenderam e realizam a tarefa de “conferir à luta econômica um caráter político”; que há muito e muito tempo lutam pela liberdade das greves, pela supressão dos obstáculos jurídicos de todo o gênero e de toda ordem, ao movimento cooperativista e sindical, pela promulgação de leis para a proteção da mulher e da criança, pela melhoria das condições de trabalho através de uma legislação sanitária, industrial, etc. (LENIN, 1986).

A questão não se resume em conferir à luta sindical um caráter político, ou dar à CUT - PR um programa socialista mas que para conduzir a luta política, é necessária a organização de um partido revolucionário que, de fato, questione a ordem burguesa. Ao movimento sindical resta o papel de garantir conquistas imediatas e, muitas vezes, educar os trabalhadores quanto à necessidade da organização política, que não se resume ao sindicato, para a condução da revolução socialista. (LENIN, 1986, p. 49).

Com efeito, as lutas desenvolvidas pela CUT, na década de 80, não colocavam em xeque a organização da sociedade, pois eram lutas sindicais, econômicas, limitadas pela sua razão de existir. Elas abalaram o regime político vigente até 84, elevaram o líder das greves metalúrgicas do ABC paulista ao posto de dirigente político do Partido

³³ Roberto von der Osten entrevista realizada em março 2001.

dos Trabalhadores³⁴, fortaleceram a CUT nacional e estadual. Porém, não foram capazes de abalar a organização do capitalismo no Brasil.

A luta sindical, como uma expressão da *luta de classes* (BOITO, 1999), questiona o poder econômico instituído de uma forma pontual, limitada pelas circunstâncias imediatas da vida da sociedade – aumentos de salários, defesa do emprego, melhorias nas condições de trabalho, entre outros. Nesta perspectiva, os trabalhadores, na década de 90, vêm tendo perdas consideráveis se atentarmos para os ataques às conquistas trabalhistas e constitucionais, e para a degradação do trabalho e do seu modo de vida. Estas perdas dizem respeito as mudanças na economia mundial, que atingem a ação sindical, a qual, por seu turno, também se modifica.

Na CUT - PR, estas modificações vão acontecer *pari passu* às dificuldades já apontadas como indicadoras da *crise* que vão aumentar nos anos 90. Por isso, entendemos ser importante fazer uma pequena contextualização do período de transição de uma etapa de crescimento com problemas internos, para uma outra etapa, onde estes problemas internos vão crescer, na medida em que a conjuntura nacional e estadual e as questões mais gerais do sindicalismo cutista atravessam a CUT - PR.

No estado do Paraná, a partir de 87, o sindicalismo cutista se firma como um dos representantes dos trabalhadores. Em 1988, o papel da CUT no desenrolar do Congresso Constituinte demonstra como a luta sindical poderia assumir um aspecto de luta política, de acordo com a discussão apresentada por LENIN (1986) e referenciada nesta dissertação. BOITO JR (1999), ao analisar as pressões exercidas pelas organizações sindicais e pelos movimentos populares sobre o Congresso Constituinte, afirma que elas permitiram que os trabalhadores conquistassem algumas garantias trabalhistas. Diferentemente, Celso FREDERICO (*apud* BOITO JR.,1999), conclui que foram as pressões parlamentares nas comissões, que analisavam os projetos

³⁴ Luís Inácio Lula da Silva, atual presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

apresentados durante o processo de vigência do Congresso Constituinte, que permitiram essas conquistas.

Entendemos, como BOITO JR., que foi o movimento sindical e popular e as suas ações anteriores e durante a Constituinte, que permitiram não só a discussão de vários projetos e subprojetos populares e democráticos, mas também as relativas conquistas dos trabalhadores rurais e urbanos. Identificamos aqui a ação da estrutura horizontal cutista buscando unificar os trabalhadores organizados nos sindicatos e garantir as pressões sobre o Congresso Constituinte.

Em março de 1989, realizou-se uma greve geral em que a “estratégia adotada pelos sindicalistas da CUT foi de [sic] sair as ruas conclamando os comerciários e os transeuntes que passavam pelos terminais de ônibus a participarem desta luta.” (ALVES, 2000, p. 53). Já no segundo semestre, abriu-se o período de campanha eleitoral, que dividiu o país entre um projeto neoliberal e um outro no plano democrático e popular. As eleições mobilizaram o movimento sindical e a CUT – PR, ainda que não indicasse o voto, apoiava a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva devido ao programa de governo que defendia (RODRIGUES, 1997) e (BOITO JR., 1997).

Este período, entre 1987 e 1989, marcado por um grande número de greves, que pressionaram o Congresso Constituinte chamado, por nós, de *ante sala da crise*. Isso porque no V CECUT (1991), segundo os documentos analisados, desencadeia-se uma série de fatos internos à CUT - PR que, aliados aos acontecimentos mais gerais, fazem com que o corporativismo se acentue e dificulte a realização da unidade proposta. Apontamos este momento no segundo capítulo, quando tratamos das determinações da conjuntura sobre a estrutura horizontal e os problemas internos a ela, entre a segunda metade da década de 80 e o início dos anos 90.

Nos dois documentos de balanços, demonstrados no capítulo anterior, faz-se referência ao crescimento da CUT - PR em meio à fragilidade ou à “falta de uma sólida coesão interna” da direção cutista³⁵. Pensamos que esta fragilidade vai dar a tônica da *crise* no período seguinte, aliada à conjuntura mais geral. Esta fragilidade da direção cutista é também a debilidade da estrutura horizontal, o que dificulta a ação sindical, já que os envolvidos nela não estão coesos a ponto de permitir que as políticas votadas horizontalmente sejam implementadas verticalmente.

3.1 . A *crise* dos anos 90

A *crise* da CUT - PR vai se desenvolver, nos anos 90, mesmo havendo um crescimento do sindicalismo cutista, comparando-o com o período anterior, a partir das participações nos congressos estaduais.³⁶

As polêmicas internas na CUT - PR acompanham a dinâmica nacional, quando o que estava em jogo era a participação no IV Concut - 1991 quando os debates sobre a participação no “Entendimento Nacional” do governo Collor, dividiriam os cutistas e acirrariam as divergências internas. Este congresso é delimitador quanto às mudanças na ação sindical cutista, que são impulsionadas pelas decisões tomadas e pelo clima tenso que marcou as discussões (BOITO, 1999).

No período entre janeiro de 92 a abril de 93, há o afastamento de dirigentes da CUT - PR dos cargos que ocupavam na direção (e como esses são importantes na hierarquia estatutária - presidente, vice presidente, secretário geral, primeiro-secretário, tesoureiro, primeiro tesoureiro e secretário de política sindical - observamos que esta *crise* teve uma dimensão política), o que dificultou o encaminhamento das lutas

³⁵ Caderno de resoluções do VI CECUT – 1994 ; e cadernos de resoluções do VII CECUT - 1997.

³⁶ Ver quadro sobre o número de participantes na página 55.

que se seguiram ao congresso nacional de 91. Em abril de 93 consegue equilibrar sua debilidade financeira, mas mantém os problemas políticos internos.³⁷

A busca da superação da *crise* contou com um papel ativo das secretarias, que *retomam coletivamente os debates sobre temas conjunturais, (...) aprofunda-se o debate sobre a implementação da estrutura vertical da entidade, (...) as regionais Oeste e Sudoeste assim como Norte Novo e Noroeste debatem a unidade na aplicação da política e a unificação para o fortalecimento da CUT naquela região.* (Caderno de resoluções do VII Cecut). Em 2000/2001, segundo informações obtidas com a secretaria da CUT - PR, há novamente a retomada da organização da regionais. Entendemos que as regionais, que cumpriram um papel importante na resolução de muitos problemas internos, vão também ser atingidas pela prática corporativa, o que também as fragiliza. No entanto o esforço contínuo de mantê-las permanece, principalmente no interior do estado, significando de fato a presença da direção estadual entre os sindicatos cutistas da região. São quatro regionais que exemplificam esta dinâmica:

REGIONAIS DA CUT - PR QUE ESTÃO ESTRUTURADAS EM 2001*:
SUDOESTE: FRANCISCO BELTRÃO / PATO BRANCO.
CENTRO: GUARAPUAVA.
CAMPOS GERAIS: PONTA GROSSA.
NORTE: LONDRINA.

* Dados fornecidos pela Secretaria da CUT - PR.

E, com a participação no movimentos contra a privatização da Ultrafértil, na greve dos trabalhadores rodoviários de Curitiba e região metropolitana, a retomada do sindicato dos servidores municipais de Curitiba - Sismac, a vitória nas eleições bancárias de Curitiba e no sindicato dos professores da rede pública do Paraná - APP Sindicato, há um impulso no crescimento do sindicalismo cutista no estado.

³⁷ Cadernos de resoluções do VII Cecut – 1997.

As circunstâncias desses acontecimentos são marcadas por uma contradição constante. Mesmo desenvolvendo a luta sindical, como na década anterior, ela é localizada e pontual. A greve de ocupação da Ultrafértil, contra a sua privatização é demonstrativa desta contradição. Ela acontece no momento da privatização, pois como afirma Armando BOITO JR. (1999), a política desenvolvida pela CUT nos anos 90 têm momentos em que se desenvolve com confrontos, ainda que relativamente menores que aqueles ocorridos nos anos 80, e outros em que a preocupação era buscar a negociação com o governo federal. *O que tem caracterizado a ação da CUT, sob o comando da Articulação Sindical, é essa oscilação, cujos movimentos para a esquerda e para o centro dependem das circunstâncias – situação econômica, atitude governamental diante do movimento sindical, situação dos demais movimentos populares, etc.* (BOITO JR. , 1999 , p. 182).

O aumento do corporativismo marca este período de inflexão na ação sindical cutista, ainda que, no caderno de resoluções do VII Cecut - 1997, as estratégias adotadas visem a unificação das lutas, tendo em vista que a política neoliberal passa a ser o principal inimigo:

o combate ao neoliberalismo no setor público (privatizações, sucateamento dos Estado, etc) e também os ataques aos direitos dos trabalhadores deve ser feito a partir de mobilizações coordenadas e articuladas pela Direção Estadual da CUT em conjunto com as direções dos sindicatos cutistas e outras entidades do campo democrático e popular. É fundamental que tenhamos propostas alternativas que visem à melhoria do atendimento do Estado principalmente nos setores fundamentais para a população (saúde, transporte, habitação, etc).³⁸

Observa-se nesta citação a transição entre uma ação sindical propositiva, e uma confrontacionista. Ela visa propostas alternativas para o gerenciamento do Estado, sendo que, na década de 80, a política adotada era a da denúncia do descaso com os serviços públicos e da organização da população para exigir a manutenção da

qualidade dos serviços via a unificação com o movimento popular. São decisões políticas definidas no marco da nova ação sindical – propositiva – o que leva a dificuldades na sua aplicação, dada a permanência e o aprofundamento dos elementos já citados.

O ano de 1994 foi um ano eleitoral, e o movimento sindical e popular estava novamente diante de dois projetos para o país. De um lado, o projeto neoliberal, capitaneado pela candidatura Fernando Henrique Cardoso e, do outro, o projeto democrático popular, defendido pela candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. A CUT novamente apóia a segunda candidatura, pois entende que desta forma se fortalecerá e poderá avançar nas campanhas em torno das suas reivindicações, pois o projeto desta candidatura é ligado historicamente às lutas dos trabalhadores.

No final dos anos 80 e durante os anos 90, a ação sindical se deparou com governos estaduais neoliberais que atuaram tentando abalar o poder dos sindicatos. Enfrentou a política do governo de Roberto Requião, que se caracterizou como autoritária para com o movimento sindical e o MST. No campo, por exemplo, há a atuação da Política Militar, que agia nos acampamentos dos trabalhadores sem terras, como *jagunços* ao lado dos empregados dos latifundiários.

Em relação ao sindicalismo ligado ao funcionalismo público ou de estatais, reprimiu os funcionários da saúde, do judiciário estadual utilizando o Estatuto do Servidor que foi elaborado no período da ditadura militar e na Banestado Informática demitiu e isolou os representantes sindicais, cortou benefícios, censurou jornais, fechou grêmios e comissões de trabalho.³⁹

Durante este período, a ação do sindicalismo cutista paranaense foi marcado pela oscilação entre impulsionar a luta – a greve da Ultrafértil, a vitória nas eleições de

³⁸ Caderno de resoluções do VII Cecut – 1997.

³⁹ Caderno de resoluções do VI Cecut – 1994.

sindicatos importantes como bancários e professores estaduais, enfrentamento com as medidas neoliberais impulsionadas pelo governador Roberto Requião, e as questões internas, como o afastamento de dirigentes importantes (entre 1992 e 1993), e a *crise* nacional que atinge a CUT, dada a fragilidade das relações internas, após o IV Concut - 1991. Esta oscilação entre a radicalidade do confronto e o participacionismo encontra eco no movimento e permeia ideologicamente os debates e polêmicas internas ao sindicalismo cutista.

Neste período de dificuldades internas, é indicativo o aprofundamento das questões específicas da CUT - PR, pois está em curso o delineamento da *crise* nacional da CUT que tem, no IV Concut o seu marco. Por isso, entre os congressos de 1994 e o de 1997, há novamente troca de dirigentes na executiva da CUT - PR.

Então o VII Cecut - 1997 vai se instalar em um período bastante instável, característico da crise, pois a mudança da ação sindical cutista, de confrontacionista para propositiva, está em plena vigência. Em relação às finanças, segundo o balanço do VII Cecut - 1997, há um relativo equilíbrio financeiro, que vai ficando comprometido com a redução dos postos de trabalho nas categorias vem baixando a arrecadação dos sindicatos, refletindo-se em inadimplência para com a CUT. Estas questões serão vislumbradas no 4º capítulo, quando a prática cutista é analisada a partir dos depoimentos dos dirigentes da executiva da CUT - PR.

Neste sétimo congresso, foi votado um plano de ação que, em linhas gerais, definia uma política de inserção no setor metalúrgico, dada a nova realidade do estado, e fortaleceria a representação junto ao funcionalismo público, bancários, rurais, telefônicos, construção civil, correios e petroleiros, entre outros. A vitória da chapa cutista no sindicato dos metalúrgicos de Ponta Grossa, aponta uma dinâmica interna que vem ambigualmente acompanhando as mudanças conjunturais (BOITO, 1999). Essas

vão sofrer um impulso com a instalação das montadoras estrangeiras – Renault, Chrysler e Audi que, na busca de isenções fiscais combinada com um baixo custo trabalho, se instalaram no Paraná. Para tal, o governo estadual abriu mão de 2,4 bilhões de ICMS segundo dados da Gazeta Mercantil.⁴⁰ Este VII Cecut contou com uma participação bastante grande, a segunda em dados numéricos; mas no VIII Cecut, em 2000, a participação foi uma das menores. Esta diminuição está vinculada aos problemas de inadimplência (que voltam a ocorrer depois de um período de relativa resolução da questão) , e de um aumento do corporativismo entre os sindicatos cutistas que levou a um afastamento da estrutura mais geral. Esta diminuição também é um elemento expressivo da *crise* da CUT - PR, porque demonstra o quanto ela, como estrutura horizontal, está fragilizada.

NÚMERO DE DELEGADOS PARTICIPANTES DOS CONGRESSOS ESTADUAIS.	
CECUT	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1991	475 *
1994	371*
1997	435*
2000	227**

* ALVES (2000)

** Dados fornecidos pela Secretaria da CUT - PR.

Tendo em vista a mudança de perfil da entidade, esse Cecut definiu um elenco de propostas que visam à melhoria dos serviços públicos, denunciando ao mesmo tempo a política neoliberal do governo Jaime Lerner, que tem como características os elementos mais gerais do neoliberalismo: o Estado se desobrigando de atender a sociedade no que diz respeito aos gastos sociais, como a manutenção das escolas e dos

⁴⁰ id.

serviços públicos, aliados às privatizações das estatais, congelamento de salários, ataques aos sindicatos do funcionalismo público, etc.

As deliberações apontavam para a participação da CUT nas eleições de 1998 e a ocupação de mais espaços institucionais articulados com propostas que atendam ao conjunto da população. Mais uma vez a intenção de propor mudanças nas ações governamentais, via a atuação nos espaços institucionais se faz presente. Entendemos que esta acentuada busca de participação institucional, que vem aumentando, como demonstram os documentos, fazem parte da mudança de atuação da CUT e marca a sua inflexão. É uma política definida nos fóruns mais gerais – Concuts e Plenárias Nacionais da CUT- reafirmadas nos fóruns estaduais. O quadro abaixo demonstra a participação cutista nos espaços institucionais e denota uma contradição entre a política votada e a sua aplicação. A participação é diminuta se pensarmos na extensão do Estado e dos seus espaços institucionais. Este dado da realidade é um dos exemplos da contradição entre a política votada e a sua aplicação - que iremos apresentar no quarto capítulo – como elemento da burocratização.

CONSELHOS COM REPRESENTANTES DA CUT - PR **.
Conselho Estadual de Emprego e Relações do Trabalho*.
Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho*.
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR.
Conselho de Planejamento e Administração – Coplad.
Conselho Estadual de Saúde.*
Comissão Especial de Planej., Implantação e Acompanhamento Industrial. – Londrina.*
Conselho Estadual do Hospital do Trabalhador.

* Conselhos com participação tripartites : trabalhadores, empresariado e governo do Estado do Paraná.

** Dados fornecidos pela secretaria da CUT - PR.

É importante que se afirme que a *crise* da CUT e a inflexão na ação sindical não a impede de perceber os problemas. As políticas votadas no que dizem respeito à estrutura organizativa correspondem à preocupação constante, tanto no plano estadual como no nacional de atender às dificuldades. Por exemplo: a decisão de intensificar a organização por ramo de atividade, e não por categoria, tem sido a política mais discutida na CUT Paraná, entre o V Cecut e o VI Cecut⁴¹, na tentativa de cumprir as resoluções do VI Concut, que dava como prazo para a implementação desta política o ano 2000⁴². O V Concut deliberou um esboço de divisão dos ramos de atividade. São eles: rurais, metalúrgicos, bancários, químicos, vestuário, comerciários, educação, saúde, administração e serviço público, construção civil, mineiros, alimentação, comunicação, urbanitários, transportes, autônomos urbanos, inativos e técnicos-profissionais liberais-trabalhadores em tecnologia e administração, como um ramo.⁴³

Há entre os membros da executiva da CUT - PR, um balanço desigual quanto a aplicação desta política. Se para Roberto von der Osten – presidente da CUT - PR - ela esbarrava na especificidade organizativa e produtiva das categorias, para Geraldo Aparecido da Silva – da secretaria de organização da CUT - PR⁴⁴ - ela é diferenciada – em alguns ramos ela se realiza como em bancários e em outros não. Já para João Dirceu Camargo Dutra - tesoureiro da CUT - PR⁴⁵ - a sua aplicação está relacionada com um relativo apego ao aparato em alguns sindicatos o que impede que a política de ramos seja implementada.

Para Marcos Rochinski – secretaria de formação da CUT - PR⁴⁶ -, a dificuldade de implantação desta política está na desconfiança por parte dos sindicalistas na

⁴¹ Dado que observamos ao analisar o caderno de resoluções do VI Cecut. Esta política mesmo sendo bastante discutida apresenta inúmeras desigualdades na sua aplicação, como apontaremos adiante.

⁴² Caderno de resoluções do VI Concut – 1997.

⁴³ Cadernos de resoluções do V Concut- 1994

⁴⁴ Geraldo Aparecido da Silva.

⁴⁵ João Dirceu Camargo Dutra. Entrevista realizada em dezembro de 2000.

⁴⁶ Marcos Rochinski. Entrevista realizada em março de 2001.

implantação de instâncias de decisão mais gerais do movimento, e Raimundo Ribeiro dos Santos – vice-presidente da CUT - PR - nos diz que a aplicação da política de ramos avança na medida em que a CUT acompanha as discussões. Mais ligada à prática desenvolvida na sua regional – Londrina - Nair Aparecida Ferreira dos Santos – primeira tesoureira da CUT - PR ⁴⁷- afirma que o seu sindicato ainda que não esteja organicamente ordenado em ramos de atividade, é uma referência na cidade, agregando outros setores além da sua base sindical.

São políticas diferenciadas quanto à sua aplicação – a organização por ramo de atividade e a de institucionalização – mas que tem na crise um ponto em comum ao ela dificultar a sua realização.

Existem, na bibliografia⁴⁸, várias explicações para a *crise* do sindicalismo, mas estas não podem ser consideradas o *letí motiv* da *crise*. Ela é constantemente gestada nos limites que a ação sindical têm aliada às mudanças que sofreu. É a ação sindical que tem a capacidade de implusionar tanto a mudança na ação sindical como o processo de burocratização. Estas questões envolvem as relações dentro da estrutura horizontal e que desenvolveremos no próximo capítulo.

⁴⁷ Nair Aparecida Ferreira dos Santos. Entrevista realizada em março de 2001.

⁴⁸ ANTUNES(1997) ; GIANOTTI (1997) ; (RODRIGUES, 1990) ; RODRIGUES (1997); BOI

4 . A burocratização da CUT - PR: o desvendar de uma prática

A mudança na ação sindical cutista paranaense é um processo que atinge a CUT como um todo, tanto a sua estrutura horizontal como a estrutura vertical. A CUT - PR como parte desta estrutura horizontal, tem, desde a sua fundação, problemas organizativos e políticos. São impedimentos à ação sindical episódicos que a estrutura horizontal da Central apresenta, como foi demonstrado no segundo capítulo. Estas dificuldades vão se transformar em *crises* eventuais que se aprofundaram nos anos 90, ainda que tenha existido uma ação dos seus dirigentes para resolvê-las. Para Roberto von der Osten, presidente da CUT - PR,

um período que não foi fácil para a gente (...)na gestão que eu estive; na gestão anterior nós tivemos um problema de esvaziamento da direção e fomos brutalmente atingidos (...)no ano de 99 quando,... sem uma receita para percorrer o estado (...) para poder organizar [a CUT]. Mas nós, mesmo assim, estamos fazendo um trabalho ainda de reconstrução das regionais da CUT (...); um trabalho que agora começa a se apresentar,[pois] várias regionais estão se organizando outra vez. É a forma de você percorrer o estado....⁴⁹

É neste momento que os problemas da CUT - PR, deixam de ser somente eventuais, internos à dinâmica estadual, e passam a ser determinados em uma amplitude maior pelo aprofundamento da *crise* do sindicalismo cutista nos anos 90, na medida em que as relações sociais de produção neste período, possibilitaram que a *luta de classes* fosse adversa ao conjunto dos trabalhadores, dificultando as conquistas sociais. Já trabalhamos nos capítulos anteriores a definição desta dinâmica, que tem, na constituição dos sindicatos e na etapa de mundialização do capital (CHESNAIS, 1998, p. 15 – 38), a sua origem e a sua fronteira.

TO JR. (1999); CRUZ (2000).

⁴⁹ Roberto von der Osten.

É um período quando o trabalho está cada vez mais precário e há um aviltamento de direitos e conquistas trabalhistas que levaram, também a dificuldades no desenvolvimento da ação sindical cutista:

... ai nós começamos[após 1994] subir muito lentamente no número de sindicatos filiados e nesse período até o ano 2000, nós alteramos muito pouco. e uma série de sindicatos pequenos que se filiaram no período desapareceram; teve fusão de sindicato, abandono de sindicato (...).Eu acho que a CUT teve muita dificuldade (...)a disputa de sindicatos, no período, foi cruenta, foi violenta, (...)pelas centrais. Eu diria que a CUT no Paraná, por um momento, (...) teve essa dificuldade para se organizar; não conseguiu resolver suas dificuldades internas. Há varias direções que eu observo, como começa e como termina[e] ela teve essa dificuldade prá se organizar enquanto uma direção e se apresentar politicamente como uma direção (...). [A] CUT de uma maneira geral, eu enxergo em vários estados isto, teve uma corrosão muito forte nesse período porque nós somos a central mais atingida (...) porque nós não tivemos nenhum tipo de colaboração com o patronato...⁵⁰

As ligações entre a dinâmica interna da CUT - PR e a conjuntura são complexas, e, para apreendê-las, foi necessário observar na fala dos entrevistados os elementos que demonstram as suas particularidades e os seus condicionantes. Marcos Rochinski, da secretaria de formação da CUT - PR, quando faz um balanço da aplicação da política de ramos de atividade, demonstra esta complexidade, ao apontar os problemas que envolvem desenvolvimento da ação sindical:

a questão da política de ramos eu acho que a dificuldade (...) está relacionada na mesma visão (...) do sindicato orgânico⁵¹. Porque, a partir do momento em que você se organiza enquanto ramos, você tem uma estrutura geral, por ramo, que determina as políticas para você implementar lá na base, que seria muito similar à proposta de sindicato orgânico. (...) Você implementa políticas definidas nos espaços mais gerais. Então romper com esta estrutura de poder, de... seja ela no âmbito dos estados, seja ela no âmbito dos municípios e tal, ela é um pouco difícil. (...) Eu diria o seguinte, que mesmo assim, acho que mesmo com as dificuldades no meio rural e eu acho que aqui no estado do Paraná o ramo que está um pouco (...) mais avançado em estabelecer uma política de ramo é rural, (...) bancários tem muita dificuldades até mesmo de fazer fusão de sindicatos. Metalúrgicos, eu acho que tem um projeto muito claro nacional. Aqui no Paraná, é difícil de ser implementada porque a base metalúrgica filiada à CUT é basicamente Ponta Grossa e Toledo (...). Do ponto de vista dos

⁵⁰ Roberto von der Osten.

⁵¹ O sindicato orgânica era uma proposta organizativa, que esteve em discussão na CUT Nacional, e que tinha como objetivo vincular mais estreitamente os sindicatos filiados à CUT. Eles seriam sindicatos da CUT, quando suas regras estatutárias básicas seriam comuns, com base em um mesmo projeto político e nos mesmos princípios. Sobre esta questão ver o caderno *Rumo à organicidade e a uma nova cultura sindical* da Escola Sul da Central Única dos Trabalhadores, sediada em Florianópolis, Santa Catarina.

serviços públicos é mais complicado ainda(...). Romper com esta estrutura de poder e estes vícios (...) dos nossos dirigentes é o principal desafio para a gente estabelecer a política de ramo, e uma política também de horizontalidade da CUT.⁵²

Todos estes elementos – corporativismo, dificuldades de implementar uma política, quebra da estrutura horizontal - tomados no conjunto levam à quebra da aglutinação cutista, que é o elemento explicativo da *crise* do sindicalismo cutista paranaense.

Esta debilidade na organização da estrutura horizontal que quebra a aglutinação cutista, ocorre porque há uma adaptação da ação sindical à conjuntura e também ocorre o desenvolvimento do aparatismo. Este é entendido como um elemento fundamental no processo de burocratização. Ele ocorre quando a administração do sindicato – das sedes, automóveis, funcionários, arrecadação financeira, relações com o Estado e o empresariado, demandas trabalhistas, organização do departamento jurídico, jornalístico, etc - é superior à ação sindical que redunde em uma maior organização na base dos sindicatos. Este aparatismo, que é o próprio processo de *burocratização* é formado por vários elementos: *contradições entre a política votada e a dinâmica interna; a pouca organização na base; a pouca renovação na direção da estrutura vertical e horizontal; o corporativismo e o apego do dirigente ao cargo.*

Sobre as *contradições entre a política votada e a dinâmica interna* temos dois exemplos de como essa situação vem crescendo. Uma é a *política de ramo de atividade* apresentada no terceiro capítulo, a qual que tem uma aplicação desigual e conflituosa com a prática sindical corporativa desenvolvida no período; a outra é uma tendência progressiva, que culminou no último Cecut, e que está relacionada com a inadimplência

⁵² Marcos Rochinski.

dos sindicatos cutistas com a CUT - PR, e, indiretamente, com as relações políticas dentro da estrutura sindical.

A participação diminuta dos sindicatos filiados, no último Cecut, através da participação dos seus representantes/delegados, é um obstáculo para o desenvolvimento da ação cutista, pois é o debate político que capacita politicamente a ação sindical. Este aspecto da separação das instâncias entre a estrutura horizontal e a vertical, às *contradições entre a política votada e a dinâmica interna*. Vários sindicatos não compareceram ao Congresso realizado em 2000 porque estão inadimplentes; e a anistia que o 7º Concut autorizou, não resolveu o problema. Segundo o depoimento do tesoureiro da CUT - PR, João Dirceu Camargo Dutra, a inadimplência permanece: *“Olha eu acho que o congresso que mais marcou foi esse Congresso (...); foi um Congresso assim muito traumático,(...) muitas divergências com correntes (...) então[com], muitos inadimplentes, a maioria [dos sindicatos] não participaram ...[De] 120 sindicatos participaram acho que 35 uma coisa assim; ... foi muita pouca a participação (...).”*⁵³ E mais adiante ele nos diz *“(...)eu vejo assim com dificuldade(...)a gente[CUT - PR] está passando por um momento muito ruim (...); não sei se é a conjuntura mesmo ou se é desinteresse, sabe! Porque a gente tem as forças dentro da CUT , então a nossa força mesmo, que é a Articulação sindical, tem os sindicatos que contribuem para a gente! O resto[dos sindicatos] se afastaram! [A] gente fez negociação (...). Fizemos propostas, muito boa até 70% de perdão, assim de anistia, [Mas] os caras não tão voltando, tá difícil voltar (...).”*⁵⁴

A pouca organização na base é o *calcanhar de Aquiles* do movimento sindical cutista. O V Concut - 1994 definiu uma política em relação à Organização por Local

⁵³ João Dirceu C. Dutra. Tesoureiro da CUT - PR.

de Trabalho – OLTs , que tinha prioritariamente um diagnóstico de sua implantação que observou uma “diversidade das formas de constituição das OLTs e de sua ação”⁵⁵. O diagnóstico apresentado concluiu que “a maioria das resoluções da CUT sobre OLT ficou no papel. Acreditamos que ficou somente nas intenções em razão da incompreensão do papel das OLTs e pela sedução da criação de um modelo baseado nas experiências que deram certo. Por isso, a consolidação de uma cultura organizativa no local de trabalho, respeitando as experiências concretas, deve ser núcleo da estratégia da CUT”. (Resoluções do V Concut- 1994).

Vejamos o que dizem quatro dirigentes da CUT - PR em relação ao tema, quando analisam o assunto tomando como referência o seu sindicato, para que possamos perceber se o diagnóstico acima permanece, passados sete anos de sua realização. Começamos apresentando o de Mônica de Oliveira Giovannetti, 1ª secretária da CUT - PR, porque ela demonstra como as dificuldades de implantação da organização por local de trabalho aparecem nos anos 90.

[No]Nosso sindicato (...), até um determinado momento da sua história até por volta ai ...de 94, ele teve sim representantes por local de trabalho que eram eleitos anualmente. A (...) eleição dos representante em cada local de trabalho - e esses representantes se uniam em Conselho de representantes (...)- não era uma coisa assim tão sistemática. Mas existia um mínimo de organização. Hoje essa organização não existe mais.(...) Nos temos em torno de mil locais de trabalho na prefeitura, quando você consegue reunir 30 pessoas (...)fica feliz.⁵⁶

Já no depoimento de Geraldo Aparecido da Silva, da secretaria de formação da CUT - PR, percebemos o quanto a conjuntura corrobora para esta mudança na ação sindical.

E nós tínhamos esta organização reconhecida em alguns segmentos da categoria, nos bancos públicos nós possuíamos um coletivo de delegado sindical[sic] ... é principalmente na Caixa Econômica, no Banco do Brasil e em algum momento,

⁵⁴ João Dirceu C. Dutra.

⁵⁵ Caderno de resoluções do V Concut – 1994.

⁵⁶ Monica Oliveira Giovanetti. Entrevista realizada em dezembro de 2000.

mesmo com um certo grau de informalidade, no Banestado. Mas de certa forma havia algum reconhecimento para esse tipo de organização por local de trabalho. Hoje em dia, as coisas estão assim bastante mais complicadas. Houve um endurecimento por parte dos bancos, dos bancos públicos inclusive, que não aceitam mais constar esse tipo de cláusula nos acordos coletivos. Assim ... a figura do representante de base, delegado sindical vem sendo combatida mesmo no setor público em função da política de desmanche que se procurou implementar nesses bancos. Houve uma mudança também expressiva nesses bancos do ponto de vista do processo de produção... e com isso surgiu a postura dos bancos de combater esse tipo de direito (...)⁵⁷

Ainda que a conjuntura modifique as relações entre as empresas e os sindicatos, há uma tentativa de manter a organização na base. Segundo Areovaldo Alves Figueiredo,

o sindicato procura ter uma relação vindo sempre, passando no setor de trabalho sempre muito ligado ao setor de trabalho. Nós procuramos fixar, nos fixamos mais na base. Nós temos hoje três dirigentes sindicais liberados como ônus pro sindicato. Antes até eram dois, a empresa neste último acordo cortou dois liberados, aqueles liberados que eram pagos pela empresa e por acordo de trabalho nós perdemos. Ou seja, se o sindicato quiser ter hoje um empregado, liberado o tempo inteiro pra atender a categoria vai ter (...) que tirar da própria arrecadação do sindicato. Então é uma relação batalhada, difícil. A empresa não nos permite, dificulta (...), tenta dificultar o máximo a nossa entrada no setor de trabalho(...) e nós temos então um representante por local de trabalho que é um delegado sindical; ele faz o papel de intermediário pro sindicato(...)⁵⁸

No meio rural, onde atua o Departamento dos Trabalhadores Rurais- DETR, da CUT - PR, a relação é marcada por uma prática que busca a organização percebendo as diferentes formas que ela possa assumir. De acordo com o depoimento de Maria Salete Escher,

Aprofundando este debate (...) todos os debates que a CUT travou com relação às organizações por local de trabalho, (...) prá nossa realidade como isso se coloca. Como é que a gente vai definir (...)o que é organização por local de trabalho, né. (...) a gente entendia que uma associação que reunirá 8 famílias, 10 famílias com um objetivo de organizar a produção, transformar o seu produto, agregar valor, ela poderia ser uma organização por local de trabalho. Ou mesmo um grupo destas famílias que se reunisse poderia ser uma organização por local da trabalho. Então foi um período que a gente, que o movimento sindical construiu muitas experiências, muitas associações

⁵⁷ Geraldo Aparecido da Silva.

⁵⁸ Areovaldo Alves Figueiredo, da secretaria da política sindical da CUT. Entrevista realizada em dezembro de 2000.

de agricultores. E a partir de 96, 97, a gente começou a repetir um pouco mais os desafios colocados nessa relação com a base.⁵⁹

A *pouca organização nos locais de trabalho* pode ter relações múltiplas tais como as dificuldades e reticências da base em responder a convocação sindical, a adoção das empresas de uma orientação que impede a entrada ou permanência do sindicato dentro dos locais de trabalho, e também o desenvolvimento de uma *práxis sindical* que retrai a participação do conjunto da categoria. Ela é um elemento aparente impulsionado pela adaptação à conjuntura, mas determinante para o aprofundamento da burocratização, o que nos leva a um outro elemento, que é a *pouca renovação dos dirigentes*. Não queremos dizer que um é condicionante para o outro, mas que devem ser entendidos dentro da totalidade das relações entre a estrutura horizontal e vertical na CUT - PR.

A diminuta *renovação dos dirigentes* é apontada na fala do presidente da CUT - PR em seu depoimento sobre os esforços da organização no sentido de melhorar os mecanismos de comunicação com a base do sindicato. Segundo Roberto von der Osten é necessário “*principalmente ter gente nova nos sindicatos.*”⁶⁰ para que aconteça uma renovação na direção.

Maria Salete Escher, do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT - PR, também aponta este problema. Para ela, aliada com a ação corporativa que se desenrola na estrutura vertical da CUT, a *pouca renovação dos dirigentes* passa a atingir a estrutura horizontal da Central

Eu acho que isso é bastante fruto desse processo de crise, de discussão do papel de reformulação do papel de atuação da CUT. De passar (...) [de] propositiva de luta, [para] reivindicativo mas também de luta. E acho assim, (...) essa minha avaliação que fiz antes, acho que muitos sindicatos, muitos dirigentes aliás, não conseguiram nos últimos anos, acho, que houve uma dificuldade de outras lideranças estarem

⁵⁹ Maria Salete Escher.

⁶⁰ Roberto von der Osten.

assumindo,(...) principalmente nos sindicatos, e que acabou centralizando muitos em alguns, [que]acabaram não podendo estar priorizado também a CUT. Isso que eu falava antes, não conseguiram sair dos seus sindicatos! (...) Eu acho que a gente tem muitas debilidade de ter novos quadros , novas lideranças assumindo os sindicatos, (...). Eu acho assim, que as pessoas quando tão muito tempo no mesmo lugar acabam se acomodando, e infelizmente (...) e essa é uma avaliação que a gente faz também, acho que tem muitas lideranças que acabaram, muitos dirigentes que acabaram entendendo o sindicato como um emprego seu, e não enquanto um projeto de militância, que é muito diferente de um emprego.⁶¹

A *ação corporativa*, reafirmamos aqui, muito mais do que uma determinação institucional, é uma prática alicerçada na mudança da ação sindical. O depoimento de Maria Salete Escher explicita bem este ponto de vista:

Acho que é assim, aqui no Paraná, (...) o pessoal fez parte das direções mas não conseguiu se desligar dos sindicatos. Então ele não teve tempo prá atuar enquanto CUT, ficou muito prá sua categoria, inclusive nós dos rurais (...) O Paraná é um estado bastante conservador, em termos de todas as suas organizações. Eu acho que a CUT cresceu um período de sua fundação, cresceu nos anos no final dos anos 80 e de um período prá cá a CUT deu uma estabilizada em número de filiações e muitos sindicatos que mesmo estando filiados não estavam atuando, participando da vida da CUT⁶².

Retomando nossas afirmações do primeiro e do segundo capítulos, *a prática sindical corporativa* tem sido a marca da CUT nesse período, pois ela é a resposta que o dirigente sindical dá a sua base por ter-se distanciado dela em um período anterior e, no subsequente, em um momento em que a categoria, de alguma maneira, questiona a sua direção, possa atendê-la. A ação sindical corresponde a esta prática quando ela passa por um processo de inflexão e, desta forma, assim atinge a CUT- PR, exatamente quando há uma diminuição da participação nas instâncias da Central.

Esse é um processo que a gente tá avaliando agora, está construindo toda uma agenda de diálogos com os sindicatos (...) Da mesma forma que a gente fala da relação do sindicato com a sua base, a CUT tem que fazer essa relação com a sua base(...). Acho outro desafio da CUT hoje,(...) [está] na transformação de suas lideranças e seus dirigentes. Eu acho que a gente está muito carente de novas lideranças de novas pessoas

⁶¹ Maria Salete Escher.

⁶² Maria Salete Escher.

que se dispõem a construir e o processo de formação deve contribuir muito para isso, eu acho que a gente tem⁶³.

Por outro lado, de acordo com o vice-presidente da CUT - PR, Raimundo Ribeiro Santos Filho, há outros condicionantes que levam a uma ação corporativa, como a inadimplência que dificulta a ação da CUT - PR

Olha, na realidade eu posso dizer o seguinte: tanto a CUT como um movimento sindical num todo, num todo a gente tem passado por vários problemas (...) A gente tem percebido hoje que diversos sindicatos têm apostado mais nos seus sindicatos e têm deixado um pouco a CUT de lado. Então a gente tem essa dificuldade. No processo de construção em função de que a própria arrecadação da CUT hoje, nós temos passados alguns problemas em função disso, e isso tá fazendo que a gente se desdobre. (...) dentro dos nossos planejamentos, essa direção nova está com grandes desafios(...)⁶⁴

Esta prática impede que a horizontalidade da CUT se expresse na aglutinação intercategorial dos trabalhadores paranaenses, ao impulsionar ações corporativas em detrimento de ações unificadas em uma perspectiva classista, como aponta o seu estatuto.

Há entre os sindicalistas da CUT - PR uma relativa dificuldade em explicitar o desenvolvimento deste processo de burocratização. Assim, é interessante observar que, nos documentos nacionais de balanço⁶⁵ e na bibliografia⁶⁶, o assunto é referenciado pontualmente, mas na fala de alguns dos entrevistados há uma dificuldade em assumir a sua existência. *“Já não é burocracia mesmo, é apego à máquina! Eu acredito que não! este tipo de burocracia não! Não existe nem pode existir! Agora é lógico que a gente ...num todo enquanto Paraná, a CUT Nacional. A gente não pode tá falando na realidade de um modo geral. Mas acredito eu, pela minha experiência, que eu vivo*

⁶³ Maria Salete Escher.

⁶⁴ Raimundo R. Santos Filho. Entrevista realizada em dezembro de 2000.

⁶⁵ Concuts dos anos 94 e 97.

⁶⁶ CRUZ,2000; GIANOTTI,1986.

aqui dentro da CUT no Paraná, [não] vamos espelhar este tipo de coisa, não!(...)
[na] questão da greve não pode existir burocracia (...)”⁶⁷.

O depoimento a seguir, de Nair Aparecida dos Santos, apresenta uma visão diferente da anterior, mas que também está alicerçada na não aceitação do processo. Ele o referencia, mas como se já fosse remoto, passado. Isto é, como se ele já tivesse existido e hoje haja uma outra postura em relação a ele.

Eu acho que a CUT tem avançado muito nisso! A gente não tá tanto assim! A gente não vê aquela papeleira mais, que você via antes! Aquela coisa burocrática, “tem que fazer isso, por isso, por isso!” Acho que hoje está mais solta mais aberta. Estou vendo com mais facilidade, com mais tranquilidade. A gente percebeu isso, inclusive, quando, foi assim, para constituir a nova diretoria lá do Concut, que era a soma de cada coisa (...) “precisa trazer este para cá mesmo que ele não seja da mesma corrente que a minha”. E eu acho que isso é uma soma, uma coisa muito positiva!⁶⁸

Sobre o aparatismo sua avaliação é de que

... algumas pessoas ainda têm isso. Eu acho que não são todas, mas algumas pessoas ainda têm isso! (...)A gente não pode dizer assim, (...),profundamente isso porque você não tá no dia a dia, Por exemplo, eu fico lá em Londrina, eu não estou aqui todos os dias. Mas a gente percebe hoje que cada coisa que acontece é bem discutida. Porque a gente (...)faz a avaliação disso para depois indicar. Eu acho que isso é bastante importante, é muito positivo. E isso é desburocratizar para mim! Você discutir e ver qual é a melhor solução! E isso tem acontecido na CUT – PR, e eu estou achando bastante positivo...⁶⁹

Então, entre os sindicalistas fala-se do *apego ao aparato*⁷⁰, em disputas internas realizadas em *mares nada éticos*⁷¹, mas não se nomeia o processo. Aponta-se a existência do aparatismo no sindicalismo em geral, mas é custoso assumi-lo na CUT.

Eu não tenho tanto percebido esta questão da burocratização. Acho que eu tenho visto mais as dificuldades que tem dos dirigentes de assumirem a CUT como um todo. E acabam as pessoas assumindo, no congresso há uma disputa. Mas

⁶⁷ Raimundo Ribeiro Santos Filho.

⁶⁸ Nair Aparecida Ferreira dos Santos. 1ª tesoureira da CUT - PR. Entrevista realizada em março de 2001.

⁶⁹ Nair Aparecida Ferreira dos Santos.

⁷⁰ Florisvaldo Raimundo de Souza. Secretário da CUT - PR. Entrevista realizada em dezembro de 2000.

⁷¹ Caderno de resoluções do VI Concut 1997.

efetivamente, as pessoas que se colocam para dirigir a CUT no seu dia a dia acaba não acontecendo. E acho que há uma facilidade muito grande de algumas correntes inclusive de tentarem justificar toda a *crise* que se colocou o movimento sindical para CUT com um processo de burocratização. (...) ⁷²

A dificuldade de se falar na burocratização, nos leva a pensar no desenvolvimento de uma justificação internalizada do processo, que faz do assunto uma espécie de *tabu* entre os cutistas. Várias explicações podem ser dadas: assumi-lo seria adotar a postura da oposição interna, que caracteriza a direção como burocrática. Ou, ainda, trair a memória cutista, que surge no combate aos pelegos ⁷³ que dirigiam os sindicatos no período que antecede o surgimento da CUT. Entendemos esta dificuldade e a creditamos ao próprio processo de *crise* do sindicalismo. Nomear o processo de *burocratização* é admitir a sua existência. Por isso, nega-se o seu desenvolvimento, o que revela, no discurso cutista, uma ambigüidade quando se trata de interpretar internamente a sua prática sindical (RODRIGUES, 1997).

4. 1. A burocratização da estrutura e suas contradições

As contradições entre o discurso e o desenvolvimento da ação é demonstrado quando observamos, nas falas dos entrevistados, mesmo daqueles que negam o processo, os elementos que o caracterizam. Recusam a burocratização, mas referenciam os elementos do aparatismo. Nos depoimentos, alguns elementos aparecem como mais determinantes (debilidades financeiras devido à retração da base e contradições com a

⁷² Maria Salete Escher.

⁷³ Dirigentes sindicais que não consultavam as categorias nos acordos trabalhistas, realizando assembléias somente com a intenção de aprovar as suas propostas, que eram geralmente acordadas com o patronato, antes de serem levadas para discussão nas assembléias. Impediam de maneira violenta a participação das oposições nas eleições do sindicato e a organização da base das categorias. Muitos destes dirigentes, foram guindados ao posto de direção sindical através de intervenções de Ministério do Trabalho para impedir a livre e democrática organização da base das categorias. Eram os principais adversários do sindicalismo cutista, no período de formação da CUT. Com o surgimento das outras centrais, e ao definirem a filiação dos seus sindicatos junto a estas, são identificados por esta filiação.

política votada), outros menos (corporativismo, fragilidades na organização da base, renovação de quadros). Já vimos, na primeira parte deste capítulo, os elementos que constituem o processo de burocratização. Devemos agora, ao analisar alguns depoimentos, relacionar o processo de burocratização com a atual etapa da sociedade capitalista.

O depoimento a seguir, de Geraldo Aparecido da Silva, está relacionado com a perspectiva anterior, que nega a burocratização, mas aponta os problemas, e até reconhece o processo interno, mas no âmbito da estrutura vertical, excluindo a estrutura horizontal. Esta perspectiva fica na fronteira entre a negação e a apresentação dos problemas, relacionando-os com a conjuntura. Seu principal argumento é o retraimento da categoria e o desenrolar de uma prática corporativa. Vejamos:

Eu diria que houve um processo de estruturação da CUT sobre algumas formas de funcionamento(...) que são fundamentais. Eu acho que talvez um processo de burocratização tenha havido em alguma monta mais nos sindicatos! (...) A partir do momento em que você começa a enfrentar dificuldade, que você tem que reduzir gastos, que você tem que cortar despesas ... demitir trabalhadores que o sindicato não tem mais como pagar e tal, aí as direções buscam mecanismos para enfrentar isso, de certa forma um pouco burocratizados(...). As entidades passaram a ter que trabalhar mais com orçamento e passaram a pensar a ação sindical muito relacionada com a sua forma de sustentação e com isso você tem que abrir mão de determinadas coisas. E evidentemente, quando se trata de cortar, de abrir mão de determinados investimentos na luta, as categorias de modo geral elas, elas optam por cortar naquilo e priorizam o que específico.⁷⁴

Esse depoimento se desdobra e apresenta outros elementos que não tratamos como determinantes na análise. Isto porque entendemos que não é a existência de uma gama ilimitada de concepções políticas no movimento sindical que leva à burocratização, e sim as relações que se estabelecem na estrutura da sociedade. Nesse sentido, o depoimento de Geraldo Aparecido da Silva está de acordo com a análise que

⁷⁴Geraldo Aparecido da Silva.

Iram Jácome RODRIGUES (1997) faz quando, ao tratar das ambigüidade do discurso e da prática cutista, aponta que, além das mudanças ocorridas na conjuntura, como a reestruturação produtiva, flexibilização, terceirização etc, também a existência das correntes internas na Central impedem que ela apresente um programa definido, o que faz com que a CUT corra o risco de uma paralisia permanente.⁷⁵

O que compromete, se é que a gente pode dizer que houve algum comprometimento talvez seja a própria disputa interna, que em alguns momentos transforma a CUT numa federação de posições políticas, não em uma central sindical. E por isso, talvez é [sic] necessário até de você ter esse mecanismo, essa regulamentação (...) Imagina cada ano, cada força política dentro da CUT fazendo o que bem entende. A CUT seria um mero movimento e não uma central sindical (...) É um cuidado que a direção sindical tem tido e que eu acho que não é ruim. Se às vezes há algum exagero que tem que se fazer é combater, mas acho que uma necessidade de que a central tá, é um processo reestruturação para que ela possa dar respostas a algumas coisa! Eu acho que essa dificuldade hoje, essa crítica que se faz à CUT, ela reflete mais a disputa interna do que a realidade da central. Quando você não tem dinheiro, você não tem dinheiro! (...) eu acho que a crítica da burocracia e da burocratização, ela está muito relacionada com questão financeira ou os limites que são impostos à ação sindical.⁷⁶

Muito mais que questões estatutárias, de *regulamentação*, como defende o entrevistado, vislumbramos, no teor da sua fala, uma ação sindical que tem sido, nos anos 90, o substrato para uma prática cotidiana. Os exageros referenciados no depoimento vão se desenrolar no dia a dia da prática sindical, quando sua ação é estabelecida. E assim, percebemos que esta prática atinge a central, a partir das relações internas da estrutura horizontal e vertical.

É uma prática sindical que se desenvolve nos sindicatos e que tem alicerçado o desenvolvimento da *burocratização* e atenta contra um dos pilares do nascimento do sindicalismo cutista, que é a democracia das bases. Combater *pelegos* passava por resgatar a democracia interna nos sindicatos, permitindo, assim, ao conjunto dos

⁷⁵ RODRIGUES (1997).

⁷⁶ Geraldo Aparecido Silva.

trabalhadores organizados neles expressarem as suas inquietações em face da conjuntura. Com o desenrolar do processo, esta organização fica comprometida.

Olha no caso do meu sindicato (...) [o aparatismo]eu acho que ele se expressa no desrespeito, estou usando uma palavra forte! No desrespeito a democracia, no desrespeito ao próprio estatuto do sindicato!(...) Então por exemplo, o estatuto prevê, e isto não é uma formalidade, o respeito ao estatuto é o respeito à democracia, regras! Às regras democráticas! Se nós temos um estatuto que é democrático que permite , que garante a democracia dentro da entidade ele tem que ser respeitado! Se você não respeita você está atacando a democracia! Ele prevê por exemplo que o sindicato, que a executiva deve se reunir semanalmente. Bom a gente passa aí, às vezes um mês sem se reunir! Que o conselho de representantes se reúna trimestralmente, nós passamos meses, seis meses, dez meses sem se reunir! (...) se expressa dessa maneira, ao você não procurar mais garantir a reunião das instâncias a expressão da base entendeu! (...)Isso para mim é uma expressão da burocratização! Existem seis liberados pelo sindicato. (...) acaba que muitas decisões são tomadas entre esse seis entende, quando na verdade nós somos uma executiva de doze (...)⁷⁷

Assim, com a diminuição da participação da base da categoria nos fóruns de decisão, há uma redução do controle sobre a prática sindical, já que as instâncias de base deixaram de ter a participação que tinham nos anos 80, não estando organizadas quando o dirigente sindical passa a gerenciar o aparato do sindicato.

O nosso sindicato[cutista] não é um sindicato construindo mais naquele formato da burocracia pelega - (...) aquelas pessoas que controlavam milhões e milhões de recursos recebidos pelo imposto sindical e absolutamente desconhecidos pela massa dos trabalhadores. Sem nenhuma obrigação, sem nenhum tipo de relação com o movimento, tá. O que nós criamos foi um movimento sindical que veio da base, muitos que estão hoje nos aparelhos sindicais imobilizados sem mais contato com a base, mas são pessoas que ainda buscam um formato moderno, vamos chamar assim, de conversar de você ter contato com a sua base, informatizando, páginas da Internet, jornais remetidos pelo correio, e mail , tudo isso daí, (...) e acho que isso se expressa mais ou menos nisso⁷⁸

A colocação anterior estabelece uma ligação entre os diferentes pontos de vista encontrados entre os membros da executiva da CUT - PR, pois menciona a burocratização, relacionando-a com a conjuntura, quando os trabalhadores passam a diminuir a sua participação nas instâncias. Este retraimento da base dos sindicatos está

⁷⁷ Mônica de Oliveira Giovannetti .

relacionado diretamente com as mudanças na economia, ou seja, são elementos que compõem a etapa mundialização do capital. De acordo com Areovaldo Alves Figueiredo,

Então a minha categoria hoje, é uma categoria que tem um fluxo uma rotatividade muito grande de trabalhadores. Além disso nós temos junto conosco hoje deficientes, que não são organizados por nós; e trabalhadores terceirizados, que eles chamam de estagiários. (...) Então a nossa categoria hoje é uma categoria que tem um fluxo muito rápido renovou muito, porque também a empresa não quis mais ficar mais como aquela política de “olha fica tranquilo você entra e vai morrer no correio”, não! Você entra aqui e vai fazer curso para ir para outra área se aperfeiçoar e tal.⁷⁹

Traçar as limitações da ação sindical passa, portanto, por entender também a crise do sindicalismo na atual etapa de desenvolvimento da sociedade, quando o processo de burocratização se acentua.

... depois da questão da democracia e tal, muito do serviço do papel sindical ficou com o próprio congresso. Ficou com os deputados com os vereadores, as próprias instituições do próprio estado [como o] ministério público. A delegacia regional do trabalho passou também a fazer um trabalho que muitas vezes era relegado, era papel do sindicato. Em compensação muitos sindicalistas com o papel de contestação .. é... perdendo toda essa atividade acabou, se entronizando, ficando no sindicato, no aparelho sindical, na burocracia do sindicato. Então é comum a gente ver nego bons administradores.(...) da máquina. E ele acumula bens, o sindicato dele tem sede, o sindicato tem uma frota de carros, o sindicato na praia. ...⁸⁰

Novamente este fato pode ser percebido a partir do depoimento de Areovaldo

Alves Figueiredo

... E é comum a gente ver vários dirigentes sindicais entronizados, com sala com carpete, com sala com ar condicionado, o celular virou inclusive um instrumento dessa burocratização. Instrumento às vezes da luta, mas ele pega o celular, ele pega o carro, e ele tem como se o sindicato fosse um empresa dele(...).Mas também vêm as oposições, vem os cutucões. Muitos sindicatos destes perdem as eleições.(...) Eu acho que tem não só no sindicato pelego (...) mas, no próprio sindicato cutista. Vários sindicatos que ficaram assim; têm um setor jurídico; joga pro setor jurídico aí aquelas

⁷⁸ Roberto von der Osten.

⁷⁹ Areovaldo Alves Figueiredo.

⁸⁰ Areovaldo Alves Figueiredo.

lutas(...). Joga para outros setores ali, bota o computador do sindicato, permite que tenham aulas de computação e tal. E ele vira mais para criar um feudo....⁸¹

Enfim, seguindo estas considerações, concluímos que a inflexão da ação cutista não significa o fim dos sindicatos e da CUT - PR mas a diminuição do seu poder de organização, que se viu extremamente afetado. A ação sindical desenvolvida a partir de então cristalizaram dentro do sindicalismo cutista, o desenvolvimento de uma *burocratização*, que atingiu tanto estruturas vertical quanto a estrutura horizontal da Central. Há, entre os entrevistados, basicamente três posições que permitiram o desenvolvimento da análise: uma primeira que nega o processo de burocratização, ainda que mencione os aspectos que o constituem, reconhecendo-os na prática sindical; outra que reconhece o processo justificando-o frente ao retraimento da base das categorias; e uma terceira, que aponta a burocratização vinculando-a a um processo justificado por questões mais gerais, da conjuntura.

As posições acima nos levam a algumas considerações iniciais. A prática cutista corporativa é uma prática corrente dentro da estrutura vertical e substitui as ações organizadas na base da categoria. Ao fazer isto, justifica a burocratização, pois é necessário manter o aparato sindical organizado. Esta ação, ao impedir que a aglutinação pretendida ocorra desloca o objetivo da CUT - PR de organizar os trabalhadores em uma perspectiva classista. Este deslocamento somente aprofunda a crise da CUT - PR.

⁸¹ Areovaldo Alves Figueiredo.

Conclusão

Toda e qualquer reflexão conclusiva sobre a *crise* do sindicalismo deve observar a dinâmica que a luta entre as classes desenvolve. Observar o real significa considerar as limitações que o olhar do pesquisador possui, pois em se tratando da realidade, toda e qualquer afirmação científica chega atrasada.

As questões que envolvem as mudanças na ação sindical cutista paranaense perseguem uma pergunta: Por que a CUT mudou?

Mudou, fundamentalmente, porque o desenvolvimento da *luta de classes* levou a essa mudança. A ação confrontacionista, característica da década de 80, se transformou porque a conjuntura – a retração das categorias, as políticas neoliberais, etc - e um aumento da vinculação do sindicalista ao aparato, levaram a isto. Assim, não perdendo de vista que esta alteração ocorre em meio à mundialização do capital, vamos apontar algumas questões.

As mudanças que ocorrem na ação sindical cutista estão relacionadas com uma adaptação da CUT à conjuntura, e que se desenvolveu paralela a um aumento na administração do aparato dos sindicatos.

A ação sindical ao se transformar – de confrontacionista para propositiva – revelou que o sindicalismo cutista foi suscetível as pressões da conjuntura – retração das categorias, políticas neoliberais, etc – porque, sendo a ação sindical uma ação política limitada pela sua razão primeira, as conquistas se revelaram muito pequenas. A investida capitalista, na tentativa de retomar o crescimento econômico, fez frente às conquistas parciais dos trabalhadores e abalou o sindicalismo cutista.

A crise se desenvolve com momentos de incertezas e impasses: incertezas, porque vão existir políticas mais gerais (de ramo de atividade), e específicas (que atingem a estrutura horizontal porque seriam o elemento basilar do sindicalismo cutista: a organização na base da produção ou as OLTs) que vão esbarrar no corporativismo; impasses, porque mesmo sendo políticas gerais (de institucionalização) no marco da proposição, vão enfrentar a burocratização, isto é o apego ao aparato que justificado pelo corporativismo, impede a participação do dirigente nas instâncias mais gerais da estrutura horizontal e a aplicação destas proposições.

A burocratização e seus elementos – pouca organização na base, contradição entre a política votada e sua aplicação, pouca renovação dos dirigentes, o corporativismo – vão dando a dinâmica a esta crise que se aprofunda. Não é somente a conjuntura que marca a mudança, pois crise do sindicalismo cutista paranaense passa a ter um impulso interno, que é a burocratização

Assim, há um aumento da burocratização relacionado com a desvinculação dos dirigentes da pressão da estrutura horizontal e vertical. Isto porque a burocratização e seus elementos dificultam que políticas que envolvam a organização nos locais de trabalho sejam realizadas sem a desigualdade observada e sem sucumbir em face das pressões da conjuntura – ataques às organizações por local de trabalho, desenvolvidas tanto pelos governos estaduais e municipais quanto pela direção dos bancos, empresas estatais ou privadas.

Esta política de Organização por Locais de Trabalho – OLT - foi a variável que distinguiu o sindicalismo cutista dos demais durante o seu surgimento anos 80. A marca de um sindicalismo democrático estava vinculada à participação direta da base organizada nos locais de trabalho. A mudança na ação sindical atingiu esta perspectiva, possibilitando que a administração do aparato sindical absorvesse o sindicalista já que a

base dos sindicatos não está organizada para pressionar seu dirigente a atuar e a propor políticas mais gerais. E assim justifica-se que, ao se fechar na administração do aparato, o sindicalista não participe das instâncias da estrutura horizontal para desenvolver a ação sindical esperada.

Ao realizar esta investida contra a democracia das bases, a crise do sindicalismo cutista possibilita que uma burocracia se desenvolva e atinja a estrutura horizontal cutista paranaense. E, ao fazê-lo, impede que a aglutinação pretendida atravesse toda e qualquer ação política da CUT - PR .

Entender como a mudança na ação sindical ocorreu faz parte da concepção metodológica desta dissertação. A nossa perspectiva era poder chegar a uma explicação que desse conta de um aspecto mais totalizante da realidade, e não apenas a pequenas parcelas. Partimos, então do marco teórico da *luta de classes*, para tentar compreender essa *crise*, apontando a inflexão na ação sindical e o desenvolvimento da burocratização no interior da CUT - PR.

O fundamental para a explicação destes problemas não são elementos parciais desta realidade, mas o que a unifica – a *luta de classes*. Percebemos que era necessário estabelecer esta relação entre os elementos internos à crise e a burocratização da CUT - PR com a conjuntura e a etapa de desenvolvimento do capitalismo. Não fizemos um elenco de fatos, como a reestruturação produtiva, as novas tecnologias, a hegemonia ideológica e política do neoliberalismo em face do socialismo, o papel da direção majoritária, entre outros. Eles são referenciados porque fazem parte da conjuntura e da etapa de desenvolvimento do capitalismo. Não podíamos, dada a nossa preocupação metodológica, elegê-los como a explicação da crise do sindicalismo cutista no Paraná. Isto porque a nossa perspectiva metodológica partia da oposição entre as classes para daí mencionarmos a problemática em questão.

Acreditando então que o marxismo tende a ser um dos aportes teóricos que mais pode contribuir para explicar o processo pelo qual passa a classe trabalhadora, como a crise das suas organizações, a desindustrialização, a reestruturação produtiva, e a terceirização, pois, partindo do pressuposto de que ainda vivemos sob a égide do modo de produção capitalista (BÓRON, 1994), só podemos concluir que esse processo se insere na dinâmica da acumulação do capital e que esta lógica vem olhando “a maioria dos trabalhadores de frente” (HARVEY apud ANTUNES, 1997, p.22).

Compreendendo que o movimento operário e sindical vive, desde a ascensão do stalinismo, uma *crise* de direção revolucionária (TROTSKY, 1979), analisamos como se comporta a direção do sindicalismo cutista paranaense com a burocratização dos sindicalistas. Esta adaptação se desenvolve, tendo como base o desenrolar da *luta de classes*, quando a direção do sindicato, sucumbe em face do *canto da sereia* de um modo de vida materialmente desvinculado do cotidiano do trabalho. Horários flexíveis, acesso a informações e discussões que ocorrem no dia a dia do sindicato, e a falta de controle da base sindical sobre a atividade dos seus dirigentes leva a um distanciamento substancial que alicerça o processo de burocratização. Este processo se cristaliza em meio a conjunturas desfavoráveis aos trabalhadores, como é a conjuntura que se inaugurou, no Brasil, com o governo Collor, a partir da década de 90. Este período, para nós, foi crucial para o desenrolar da quebra de ação aglutinadora cutista; uma unidade necessária para uma ruptura com a política neoliberal no estado do Paraná.

Enfim, reiteramos que pretendemos, com a nossa análise, nos juntar as análises já realizadas, que colaboram para a compreensão da *crise*. Ao realizarmos este estudo, deparamos com inúmeras limitações metodológicas e investigativas que nos levam a indagar o quanto há de relatividade em nosso estudo. Estas são demonstradas nas

lacunas, percebidas nos momentos de contato com os dirigentes, quando realizávamos as entrevistas.

São questões relativas às relações e à constituição das correntes sindicais, oriundas de vários agrupamentos políticos que atuam na CUT - PR; a história da CUT - PR e o peso do sindicalismo rural na sua fundação; o papel da Igreja Católica na formação de muitos dirigentes; a existência de um projeto político para o país nos primeiros anos de existência da CUT Nacional e o seu desdobramento no estado do Paraná; o papel da CUT - PR no desenvolvimento da política no estado e nos municípios; entre outros.

Algumas dessas questões estão nomeadas no nosso texto – a existência das correntes, por exemplo. Mas a problemática e a necessária delimitação metodológica nos impediram de investigarmos estas questões que devem estar entre as preocupações investigativas para os novos estudos sobre a CUT PR.

Este debate se insere portanto, em um outro ainda maior, que diz respeito aos rumos do movimento operário em face do neoliberalismo e dos ataques do capital financeiro internacional. O sindicalismo, como uma expressão da luta entre as classes sociais, é limitado para realizar esta luta. E, em meio a estas limitações, viveu, nos anos 90, uma *crise* que atingiu o seu objetivo primeiro. Portanto, superar a *crise* é a tarefa por excelência do sindicalismo cutista paranaense nesta etapa de desenvolvimento do capital, e transcender estas limitações não depende do sindicalismo, mas dos desdobramentos da luta entre as classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ADORNO, Theodor. Sobre a lógica das ciências sociais . IN : COHN, G. Adorno. São Paulo: Ática, 1986.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de . Sindicato em tempo de reforma . São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 12, n.1, jan-mar.1998.

ALVES, Amone Inácia. CUT no Paraná: a organização sindical e a formação de suas lideranças. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia das organizações), SCHLA, UFPR.

ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, *crise* do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. IN : TEIXEIRA, Francisco J.S et alli Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo. Cortez Editora, 1998, p. 109-162.

ANDERSON, Luís A. & TRENTIN, Bruno. Trabajo, derechos y sindicato en el mundo. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

CHESNAIS, François . A mundialização do Capital. IN : COGGIOLA, Osvaldo. Humanitas – Revista de Estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1998, p. 09.

ANDRADE, Everaldo et alli. Teorias da *crise* de 1973 . IN : COGGIOLA, Osvaldo. Capitalismo: globalização e *crise* . Humanitas - Revista de Estudos, FFLCH/USP : 1998, p. 99-123.

ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

_____. A CUT entre o classismo e a social democracia . IN: GIANNOTTI, Vito , NETO, Sebastião e outros. Para onde vai a CUT? São Paulo : Scritta, 1993.

_____. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas:Cortez /Unicamp, 1997.

BERNARDO, João . Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2000.

BIRH, Alan. Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em *crise*. São Paulo: Boitempo,1998.

BOITO JR., Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Editora da Unicamp/ Hucitec 1991.

_____. De volta para o novo corporativismo: a trajetória recente do sindicalismo brasileiro. Mimeo – ANPOCS, 1994.

_____. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo : Editora Xamã, 1999.

BORON, Atilio. Depois do dilúvio sempre sai o sol IN: Estado, capitalismo e democracia na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 209-242.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - PARANÁ (CUT-PR).

Caderno e resoluções do VII CECUT - 1997.

Caderno de resoluções do VI CECUT, 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES .

Caderno de resoluções VI CONCUT – 1997.

Caderno de resoluções do V CONCUT – 1994.

Caderno de resumo das resoluções do V CONCUT – 1994.

Estatutos. Congresso de Fundação, 1983.

ESCOLA SUL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rumo à organicidade e a uma nova cultura sindical . 1996.

CHAUÍ, Marilena. Críticas e ideologia. IN: Cultura e Democracia . O discurso competente e outras falas. São Paul : Editora Moderna, 1981, p. 15-38.

CHESNAIS, François . A mundialização do Capital. IN : COGGIOLA, Osvaldo. Humanitas – Revista de Estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1998, p. 09.

COSTA, Sérgio. Estado e controle sindical no Brasil . São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1986.

COGGIOLA, Osvaldo. A *crise* estrutural do capital. Humanitas – Revista de Estudos . São Paulo : FFLCH/USP, 1998, p. 317.

CRUZ, Antonio. A janela estilhaçada. A *crise* do novo sindicalismo. Petrópolis : Editora Vozes, 2000.

O ESTADO DO PARANÁ. País tem 50 milhões de miseráveis. Julho de 2001-07-13

PRIMEIRA HORA. Miséria sem Fim. Julho de 2001.

GALVÃO, Andréia . Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do ‘novo sindicalismo’ metalúrgico nos anos 90. IN: RODRIGUES, Iram . J. O novo sindicalismo vinte anos depois. São Paulo : Vozes, 1999, p. 113-161.

GAZETA DO POVO. América Latina tem 80 milhões de pobres. Fevereiro de 2001.

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. Para onde vai a CUT? São Paulo : Scritta, 1993.

- GORZ, Andre . Adeus ao proletariado . Rio de Janeiro : Forense, 1982.
- HARVEY, David. Condição pós - moderna. São Paulo: Loyola, 1994, p.117-119.
- IANNI, Octavio . Neoliberalismo e neosocialismo . IN: _____. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996.
- KURZ, Robert. Os últimos combates. Petrópolis : Rio de Janeiro, Vozes, 1997, p. 79 -127.
- _____. O Descartado e o degradado. Folha de São Paulo, 19 de julho de 1999.
- LENIN, V. I. Que fazer? São Paulo: Alfa-Omega,1988.
- LUXEMBURGO, Rosa . A crise da Social Democracia. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- MANGABEIRA, Wilma . Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda. Rio Janeiro: Relume-Dumará - Anpocs, 1993.
- MARX, Karl . Manuscritos Económicos-Filosóficos. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989, p. 101.
- _____. Miséria da Filosofia. São Paulo : Liv. Ed. Ciências Humanas, 1982.
- _____. Salário, preço e lucro. São Paulo : Abril Cultural, 1982, p. 181 – 185. (Coleção Os Economistas).
- _____. A Ideologia alemã . São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Sobre o sindicalismo . s.l. : Iniciativas Editoriais, s.d.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. URSS, Edições Progresso, 1987.
- MINAYO, M.C.S. O Desafio do Conhecimento . São Paulo : Hucitec, 1992, p. 10 – 104.
- _____. Pesquisa Social : teoria método e criatividade. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NEGRO, Antonio Luigi . Nas origens do ‘Novo Sindicalismo’: o maio de 59, 68 e 78 na Indústria Automobilística. IN : RODRIGUES, Iram J. O Novo Sindicalismo vinte anos depois. São Paulo : Vozes, 1999, p. 9 – 33.
- NORONHA, Eduardo Noronha . A explosão das greves na década de 80 . IN : BOITO JR., Armando (org). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 93.

OLIVEIRA, Marco Antônio . Notas sobre a *crise* do Novo Sindicalismo Brasileiro. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 12, n.1, jan-mar. ,1998.

POCHMANN, Márcio. Os desafios do sindicalismo brasileiro neste final de século.Revista de Sociologia e Política. Curitiba : DECISO/UFPR, nº. 10/11, ano 1998, p.139-152.

_____ Ação sindical no Brasil: transformações e perspectivas. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 12, n. 1, jan – mar. , 1998.

RAMALHO, José R Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil . IN : ANTUNES, Ricardo (org). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 85.

REVISTA VEJA. São Paulo: Abril, nº 43, 30 de agosto de 2000.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política. A trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997(a).

_____ . Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. IN: ANTUNES, Ricardo. Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997(b).

_____ . A trajetória do Novo Sindicalismo . O Novo Sindicalismo vinte anos depois. São Paulo : Vozes, 1999.

RODRIGUES, Leôncio M. Partidos e sindicatos . São Paulo : Ática, 1990.

_____ . CUT: militantes e ideologia. São Paulo : Paz e Terra, 1990.

THILLEN, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Pólis, 1985.

TROTSKY, Leon. Escritos sobre os sindicatos. São Paulo: Kairós, 1978.

_____ . A revolução permanente. São Paulo : Kairós, 1985.

_____ . A revolução traída. São Paulo: Global, 1980.

_____ . A questão do Programa. São Paulo: Kairós, 1979.

_____ . O ABC do materialismo dialético. IN: MIRANDA, Orlando. Trotsky. São Paulo : Editora Ática, 1981 p. 47-50 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____ . Burocratismo e revolução . IN: MIRANDA, Orlando. Trotsky. São Paulo : Editora Ática, 1981, p. 138-144 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

ANEXO 1. RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM MEMBROS EXECUTIVA DA CUT - PR .

ROBERTO VON DER OSTEN - PRESIDENTE. ENTREVISTA REALIZADO EM MARÇO DE 2001.(Sindicato dos Bancários de Curitiba)

RAIMUNDO RIBEIRO DOS SANTOS FILHO – VICE-PRESIDENTE. ENTREVISTA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2000. (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estrada Pavimentação Obras de Terraplanagem em Geral)

FLORISVALDO RAIMUNDO DE SOUZA. SECRETÁRIO GERAL . ENTREVISTA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2000.(Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado do Paraná-APP Sindicato)

MÔNICA DE OLIVEIRA GIACONNETTI. 1ª SECRETÁRIA. ENTREVISTA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2000. (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba)

JOÃO DIRCEU CAMARGO DUTRA. TESOUREIRO. ENTREVISTA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2000. (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado do Paraná)

NAIR APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS. 1ª TESOUREIRA. ENTREVISTA REALIZADA EM MARÇO 2001. (Sindicato dos Telefônicos de Londrina)

AREOVALDO ALVES FIGUEIREDO. SECRETARIA DE POLÍTICA SINDICAL. ENTREVISTA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2000. (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicações Postais Telegráficas e Similares do Paraná)

MARCOS ROCHINSKI. SECRETARIA DE FORMAÇÃO. ENTREVISTA REALIZADA EM MARÇO 2001.(Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira)

MARIA SALETE ESCHER. SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS. ENTREVISTA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2000. (Departamento dos trabalhadores rurais da CUT - PR.).

GERALDO APARECIDO DA SILVA. SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO. ENTREVISTA REALIZADA EM MARÇO 2001. (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado do Paraná)

ANEXO 2. ROTEIRO DA ENTREVISTA.

Nome:

Cargo que ocupa na executiva:

Categoria :

1 HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ É SINDICALISTA?

2 COMO VOCÊ VÊ AÇÃO SINDICAL DE SUA CATEGORIA HOJE?

3. COMO ESTÁ A RELAÇÃO DA BASE COM A DIREÇÃO DO SINDICATO?

HÁ OPOSIÇÕES CUTISTAS?

HÁ ORGANIZAÇÃO NA BASE RECONHECIDA PELA DIREÇÃO?

HÁ UM PROCESSO DE BUROCRATIZAÇÃO, COMO O APONTADO NOS DOCUMENTOS DO CONCURTO?

COMO ELE SE EXPRESSA?

4. COMO VOCÊ VÊ O SINDICALISMO CUTISTA PARANAENSE HOJE?

Como está a implantação dos ramos ?Como está a relação da CUT com os sindicatos rurais?

5. QUAL É O PERFIL DA CUT? ELA É MAIS RURAL QUE URBANA OU MAIS URBANA QUE RURAL?

6 EM QUANTOS CECUTS VOCÊ PARTICIPOU E EM QUAIS ANOS?

QUAL FOI O MAIS MARCANTE? POR QUE?

7. EM QUANTOS CONCURTOS VOCÊ PARTICIPOU? QUAL FOI O MAIS MARCANTE?

PORQUE?

8. COMO VOCÊ VÊ O SINDICALISMO CUTISTA HOJE?

9.COMO VOCÊ VÊ O PAPEL DOS SINDICATOS NA SOCIEDADE HOJE? ANÁLISE NACIONAL OU MUNDIAL).

ANEXO 3. RELAÇÃO DOS SINDICATOS FILIADOS A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DO PARANÁ.

- 1.Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado do Paraná
- 2.Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Montagens, Manutenção e Prestação de Serviços na Áreas Industriais no Estado do Paraná
- 3.Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – Seção Sindical
- 4.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná
- 5.Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
- 6.Sindicato dos Trab. nas Industrias de Cimento Cal e Gesso de Balsa Nova
- 7.Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Paraná
- 8.Sindicato dos Trabalhadores e Servidores em Serviço de Saúde Públicos Conveniados Contratados e/ou Consorciados ao SUS e Previdência no Estado do Paraná
- 9.Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância de Curitiba
- 10.Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e em Empresas Prestadoras de Serviços no Estado do Paraná
- 11.Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba
- 12.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina
- 13.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Curitiba e Região Metropolitana
- 14.Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica no Estado do Paraná
- 15.Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
- 16.Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados no Estado do Paraná
- 17.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba e Região
- 18.Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Paraná
- 19.APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
- 20.Sindicato dos Servidores Públicos do Departamento de Estradas de Rodagem no Estado do Paraná
- 21.Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento Clinquer Argamassa Cal e Gesso do Paraná
- 22.Federação Democrática dos Trabalhadores da Saúde no Estado do Paraná
- 23.Sindicato dos Servidores Estaduais da Agricultura Meio Ambiente, Fundepar e Afins
- 24.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região Metropolitana
- 25.Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social no Estado do Paraná
- 26.Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado do Paraná
- 27.Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicações Postais Telegráficas e Similares do Paraná
- 27.Sindicato dos Servidores Públicos Municipais Celetistas e Estatutários de Rio Branco do sul e Itaperuçu
- 28.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estrada Pavimentação Obras de Terraplanagem em Geral (Pontes, Portos, Canais, Barragens, Aeroportos, Hidrelétrica e Engenharia Consultiva) no Estado do Paraná
- 29.Sindicato dos Servidores Públicos das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná
- Federação dos Trabalhadores em Empresas Enquadradas no 3º Grupo do Comércio e Empregadas em Empresas Prestadoras de Serviços no Estado do Paraná
- 30.Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
- 31.Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná
- 32.Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná
- 33.Sindicato dos Docentes do CEFET Paraná
- 34.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica e de Fontes Alternativas, Distribuição de Gás Canalizado, Distribuição e Tratamento de Água, Saneamento e Meio Ambiente e em Empresas de Serviços Urbanos no Estado do Paraná - STIUPAR
- 35.Sindicato em Concessionárias dos Serviços de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica de Fontes Hídricas, Térmicas ou Alternativas de Curitiba
- 36.Sindicato dos Servidores, Técnicos e Administradores do CEFET – PR
- 37.Sindicato dos Fiscais de Contribuição Previdenciária no Estado do Paraná
- 38.Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Paraná
- 39.Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná
- 40.Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância de Ponta Grossa e Região
- 41.Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira de Ponta Grossa
- 42.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínio, Carne, Derivados e Rações Balanceadas de Castro e Região
- 43.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba
- 44.Sindicato dos Empregados no Comércio de Ponta Grossa

- 45.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ponta Grossa e Região
- 46.Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Ponta Grossa
- 47.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira
- 48.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Reserva
- 49.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cândói
- 50.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo
- 51.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjeiras do Sul
- 52.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cantagalo
- 53.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Virmond
- 54.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Guarapuava e Região
- 55.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga
- 56.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Tebas
- 57.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria do Oeste
- 58.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Bonito do Iguaçu
- 59.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mallet
- 60.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de General Carneiro
- 61.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças
- 62.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União da Vitória
- 63.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Machado
- 64.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irati
- 65.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Triunfo
- 66.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus do Sul
- 67.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Frontin
- 68.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Olinto
- 69.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bituruna
- 70.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangueirinha
- 71.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata
- 72.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto
- 73.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado Filho
- 74.Sindicato dos Empregados no Comércio de Francisco de Beltrão
- 75.Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Francisco Beltrão
- 76.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Francisco Beltrão
- 77.Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato Branco
- 78.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio do Sudoeste
- 79.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pranchita
- 80.Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Francisco Beltrão
- 81.Sindicato dos Trabalhadores das Industrias da Construção Civil e do Mobiliário de Pato Branco
- 82.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Realeza
- 83.Sindicato dos servidores Públicos Municipais de Dois Vizinhos
- 84.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema
- 85.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ampere
- 86.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho
- 87.Sindicato dos Empregados , Estabelecimentos, Serviço e Saúde de Pato Branco
- 88.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Verê
- 89.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão
- 90.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pérola D'Oeste
- 91.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Vizinhos
- 92.Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Saúde de Francisco Beltrão
- 93.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Izabel do Oeste
- 94.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Renascença
- 95.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sulina
- 96.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro
- 97.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Vivida
- 97.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra
- 98.Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Foz do Iguaçu
- 99.Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção Civil e do Mobiliário de Marechal Cândido Rondon e Região
- 100.Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Cascavel e Região
- 101.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Toledo
- 102.Sindicato dos Empregados no Comércio de Foz de Iguaçu
- 103.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Toledo
- 104.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Toledo e Região
- 105.Sindicato dos Trabalhadores de São Miguel do Iguaçu
- 106.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Toledo e Região
- 107.Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e na Indústria da Construção de Estrada, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral de Foz do Iguaçu

- 108.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Cascavel e Região
- 109.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria de Alimentação de Cascavel e Região
- 110.Sindicato dos Servidores Municipais de Toledo
- 111.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira
- 112.Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Helena
- 113.Sindicato dos Trabalhadores em Produção, Transmissão, Distribuição de Energia Elétrica, de Fontes Hídricas, Térmicas e Alternativas de Foz do Iguaçu – SINEFI
- 114.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas , Mecânicas, Material Elétrico e Informático de Cascavel e Região
- 115.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campo Mourão e Região
- 116.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pérola
- 117.Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Guaira
- 118.Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção Civil e do Mobiliário de Umuarama
- 119.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campo Mourão e Região
- 120.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Campo Mourão
- 121.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Douradina
- 122.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaíra
- 123.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Umuarama
- 124.Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região
- 125.Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância de Umuarama
- 126.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Londrina
- 127.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Londrina e Região
- 128.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Apucarana e Região
- 129.Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e em Empresas Prestadoras de Serviço de Londrina e Região
- 130.Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão no Estado do Paraná
- 131.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Londrina
- 132.Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina
- 133.Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social no Estado do Paraná
- 134.Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância, Transportes de Valores e em Serviços Orgânicos de Londrina e Região
- 135.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Apucarana e Região
- 136.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Arapoti e Região
- 137.Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siqueira Campos
- 138.Sindicato de Água e Esgoto de Londrina e Região
- 139.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Londrina
- 140.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Cornélio Procópio e Região
- 141.Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alvorada do Sul
- 142.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Cornélio Procópio e Região
- 143.Sindicato dos servidores municipais de Lunardelli
- 144.Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Barra do Jacaré
- 145.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviço de Saúde de Paranavaí
- 146.Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Água e Esgoto de Saneamento de Maringá e
- 147.Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica de Maringá e Região Noroeste do Paraná
148. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Paranavaí
- 149.Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá
- 150.Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá –
- 151.Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Paranavaí e Região
- 152.Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Sarandi
- 153.Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Alto Paraná
- 154.Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem e Similares de Maringá*

*SINDICATOS PRÓXIMOS DA POLÍTICA CUTISTA, EM PROCESSO DE DISCUSSÃO SOBRE FILIAÇÃO.

** DADOS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA CUT - PR.

